



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 25 - Nº 485 - DE 21 DE SETEMBRO A 4 DE OUTUBRO DE 2014 - R\$ 3,00

Voto Nulo

**contra os partidos
da burguesia e
pela construção do
partido operário
revolucionário**

Ao lado do Estado Islâmico (EI) contra o imperialismo

Oposição revolucionária a Dilma

Ao lado do Estado Islâmico (EI) contra o imperialismo

A coligação imperialista constituída pelos Estados Unidos iniciou os bombardeios contra o exército do Estado Islâmico. É necessário que a classe operária e os demais oprimidos do mundo se coloquem do lado do EI contra o imperialismo. Não se trata de apoiar os objetivos reacionários do movimento islâmico. Trata-se, sim, de apoiar sua resistência armada à intervenção da poderosa coligação das potências.

Qualquer vacilação em se colocar ao lado do EI contra os opressores do mundo viola a luta anti-imperialista dos povos e nações oprimidas.

A medida extrema tomada pelas potências responde a um objetivo concreto: impedir que o EI conquiste parte do território iraquiano e curdo rico em petróleo. Os objetivos reacionários do EI não movimentariam a máquina de guerra dos Estados Unidos e aliados. O califado e a aplicação das leis islâmicas são utópicos. Não há possibilidade de reunificar os islâmicos sob a forma medieval do califado. Ocorre que sob o manto da ideologia religiosa organizou-se um movimento armado de conquista territorial. No fundo, se encontra o nacionalismo, marcado pela divisão histórica entre mulçumanos sunitas e xiitas.

O domínio imperialista no Oriente Médio e a submissão da feudal-burguesia árabe gestam no interior das fronteiras nacionais movimentos voltados ao controle das riquezas naturais. Setores da feudal-burguesia ligados à população e às massas empobrecidas impulsionam os brutais confrontos. O EI expressa as contradições entre a nação oprimida e a opressão imperialista. Expressa a contradição entre as forças produtivas enclausuradas nas fronteiras nacionais traçadas pelas guerras mundiais e a feudal-burguesia árabe que serve às potências.

Não por acaso, os conflitos internos de um país são parte dos conflitos gerais que se desenvolvem no Oriente Médio. As disputas interburguesas compõem sempre vinculadas à desnacionalização das reservas de petróleo e ao saque imperialista.

O EI, no entanto, não tem como encarnar um movimento revolucionário anti-imperialista de libertação do Oriente Médio. Seus objetivos utópicos e seu conteúdo ideológico reacionário indicam que não pode expropriar os monopólios, expulsar o imperialismo e impor a autodeterminação.

Essa contradição explica os métodos bárbaros de combate aplicados pelo EI.

O imperialismo teme que suas conquistas possam não apenas atingir seus interesses pontuais como também incendiar o ódio das massas oprimidas contra a feudal-burguesia e, portanto, contra o imperialismo. Um levante anti-imperialista generalizado libertaria os explorados do EI e de organizações semelhantes. Criaria as condições para construir uma direção revolucionária, proletária e socialista.

De qualquer forma, os Estados Unidos, França e Inglaterra - núcleo de comando das forças imperialistas - estão decididas a destruir o EI. Esse confronto determina que o proletariado se coloque contra a intervenção imperialista e pela autodeterminação das nações oprimidas.

Somente as massas árabes envolvidas na guerra interna podem decidir a destruição ou não do EI. Qualquer força externa deve ser rechaçada e os explorados devem se colocar ao lado do EI em defesa da nação oprimida. A derrota da coligação imperialista de forma alguma dará lugar a um califado. Abrirá um amplo processo revolucionário de solução das tarefas democráticas pendentes. Estas, por sua vez, colocarão a necessidade da revolução socialista.

O imperialismo faz campanha de convencimento da população mundial de que o mundo está diante de um confronto entre a barbárie e a civilização. O EI de um lado e as democracias imperialistas de outro. É claro que ocultam o caráter imperialista das democracias capitalistas. O método de decapitação dos adversários aplicado pelo EI é bárbaro, viola os direitos humanos e o próprio sentido religioso do Islã. “Civilizados” seriam os ataques aéreos, que destroem tudo que atinge. Lembremos a invasão do Iraque pelos Estados Unidos. Resultado dos bombardeios: mais 37 mil iraquianos mortos. Em dez anos de invasão e ocupação: 174 mil iraquianos perderam a vida. Acabamos de presenciar a guerra “civilizada” de Israel contra os palestinos, cuja faixa de Gaza foi transformada em ruínas, mais de 2 mil mortos, sendo a maioria de civis, entre eles cerca de 400 crianças. A guerra “civilizada” não precisa sujeitar os adversários e, assim, cortar-lhes as cabeças. Basta um só bombardeio para eliminar dezenas de adversários de uma só vez.

O imperialismo impressiona a população com as imagens da degola divulgadas pelo próprio EI. Oculta que a raiz de toda a barbárie está na propriedade privada dos meios de produção, na exploração do trabalho, na opressão de uma nação sobre outra e na manutenção à força da burguesia parasitária.

A política do proletariado se empenha em revelar as leis econômicas e históricas que têm provocado constantes convulsões no Oriente Médio. De forma que os explorados se libtem do obscurantismo religioso, do nacionalismo senil e do brutal domínio imperialista.

A crise mundial vem golpeando o débil equilíbrio entre as fronteiras nacionais impostas pelas potências vencedoras da Primeira e Segunda Guerras Mundiais. A feudal-burguesia árabe e seus governos ditatoriais se separaram profundamente das massas oprimidas, que não têm outra via senão a dos levantes massivos. Este é o caminho pelo qual o imperialismo será derrotado, e não por movimentos como o do EI.

Derrotar a coligação imperialista com o levante armado das massas!

Motivos pelos quais o POR decidiu-se pelo voto nulo

Dois motivos opostos: 1) o POR está em construção; 2) a lei eleitoral proscree o partido revolucionário em desenvolvimento. A legalização para efeito de registro eleitoral depende da obtenção de 500 mil assinaturas de filiados e ter diretórios em pelo menos 7 estados. Essa exigência draconiana impossibilita o POR atuar nas eleições com seu programa e candidaturas.

A situação exige a intervenção dos revolucionários nas eleições

Os explorados estão sob o domínio da política burguesa. Não há, portanto, um movimento revolucionário em choque com as eleições e com os partidos capitalistas que imponha a tática da não participação e do boicote. Caso o POR tivesse condições de romper as barreiras da lei eleitoral, sem dúvida, atuaria nas eleições defendendo a estratégia revolucionária, a independência de classe dos explorados e as reivindicações que unificam a maioria oprimida contra a classe capitalista e seu Estado.

As eleições são instrumento de dominação

As massas são arrastadas a eleger o novo governo da burguesia. Os parlamentares eleitos fazem parte do poder capitalista. Presidente, governadores e parlamentares garantem a governabilidade dos exploradores sobre os explorados. Para manter as massas sob seu domínio político, a governabilidade é apresentada como sendo do Brasil e de todos os brasileiros. O conteúdo de classe das eleições e dos eleitos permanece oculto. Os explorados não podem saber que estão sendo instrumentos da perpetuação da sociedade de classe, da exploração capitalista e da escravidão assalariada. A intervenção do partido revolucionário nas eleições é para se contrapor frontalmente ao controle dos partidos burgueses sobre o proletariado e a maioria explorada.

A democracia burguesa é uma das formas de regime para exercer a ditadura da classe capitalista sobre os explorados

A burguesia apresenta a democracia como sendo de todos os brasileiros. Diante do regime democrático, capitalistas, operários, camponeses e classe média aparecem como iguais. É como se desaparecessem o explorador e os explorados, o rico e o pobre, o faminto e o farto. Trata-se de uma falsificação da realidade. A democracia se assenta na propriedade privada dos meios de produção e na exploração do trabalho. Eis por que é um meio pelo qual a burguesia exerce sua ditadura de classe sobre os explorados. A única vez que a maioria se manifesta na democracia é nas eleições. De quatro em quatro anos, o Estado burguês convoca os brasileiros a dizerem quem deve governá-los, escolhendo os candidatos entre a lista lançada pelos partidos patronais. Passadas as eleições, o novo governo e os parlamentares se sujeitam às disputas interburguesas e os explorados continuam servindo de força de trabalho.

As Forças Armadas, a polícia e a justiça são guardiãs do Estado e do regime político

Os explorados elegem os governos e os parlamentares, mas não têm poder algum sobre eles. A relação entre governantes e governados é de dominação e de opressão de classe. Para assegurar a governabilidade e proteger a ditadura de classe, o Estado conta com as Forças Armadas, as polícias e a justiça. As instituições ensinam que as Forças Armadas são protetoras da Nação em caso de ameaça externa à sua soberania.

No entanto, sua função é mais ampla: servem de guardiãs da ditadura de classe da burguesia, e, portanto, dos governos e da democracia. Em torno dela, giram as demais instituições do Estado. Observa-se que os governos são pressionados constantemente a aumentar a capacidade da polícia. A Tropa de Choque é um aparato especializado destinado a conter as greves, revoltas e levantes das massas. Os explorados quando elegem os governos e os parlamentares da burguesia servem involuntariamente à ditadura de classe dos seus exploradores.

O PT estrangulou as tendências dos explorados à independência política

Grande parte da classe operária fez a experiência com o PT. Os explorados procuraram neste partido e no seu caudilho Lula a solução para a miséria, a pobreza, a fome, o desemprego e uma infinidade de carências. Alienaram as esperanças de mudanças em um partido criado nas entranhas das divisões interburguesas. Iludiram-se com a possibilidade de sair da condição de brutal exploração e opressão sem que precisasse da luta coletiva e dos métodos próprios da luta de classes. Em meio a uma enorme crise política que sucedeu o fim da ditadura militar, o PT se levantou como um instrumento da contenção da luta de classes e das disputas interburguesas. Canalizou as tendências objetivas da classe operária de libertação perante os velhos partidos da burguesia e sacrificou-as com a política de colaboração de classes.

As massas são arrastadas por trás das disputas interburguesas

A candidata do PT poderá perder as eleições no segundo turno. Há vozes burguesas que dão como quase certa a derrota de Dilma para Marina. Para a vida dos explorados, a tormenta da miséria e da pobreza permanecerá. Um novo governo com Marina ou um novo mandato de Dilma estará a serviço da burguesia. A eliminação ou não dos programas assistenciais do PT interessa aos milhões de miseráveis que sobrevivem com migalhas. Vão ser arrastados pelo estômago. Sua condição de párias permanecerá. Milhões de explorados que não dependem das esmolas estatais estão livres para dizer não ao PT. Mas serão arrastados pela candidatura improvisada de Marina. O PSDB mais uma vez é preterido pelas camadas mais sofridas da população. O candidato preferido da burguesia é Aécio Neves. Esperava-se uma polarização entre PT e PSDB. Essa via não foi incorporada pelas massas. De qualquer forma, a disputa entre Dilma e Marina não passa de uma variante das disputas interburguesas.

O poder econômico sustenta os partidos da burguesia

Estima-se que as “contribuições” dos capitalistas aos candidatos atingiram R\$ 1 bilhão. Poderosos grupos econômicos decidem, em última instância, os rumos das eleições. A legislação eleitoral garante aos grandes partidos todas as vantagens. As massas são encabrestadas e puxadas pela maciça propaganda. A polarização entre as candidaturas é uma criação dos grandes partidos e do poder econômico com seus milhões de reais. Os explorados se dividem de acordo com as pressões da política burguesa. É claro que as experiências negativas dos explorados com o governo do PT servem à oposição de direita. A decisão de uma fração dos capitalistas em mudar de governo conta com as frustrações da população. A ausência do partido revolucio-

nário organizado no seio das massas facilita a ação da burguesia em movimentá-las de acordo com seus interesses políticos e necessidade de preservar a sua dominação.

A luta pela independência de classe do proletariado

A classe operária sem seu partido não tem como se manifestar nas eleições independentemente. A independência de classe se materializa na política proletária. Os votos em um partido revolucionário fortaleceriam a luta de classes em favor dos explorados e avançariam a consciência socialista de sua vanguarda. Evidentemente, o voto em si não serve aos objetivos transformadores. Mas o apoio político dos explorados ao seu partido e a rejeição aos partidos burgueses potencializariam a luta direta das massas e ampliariam a ação revolucionária de sua vanguarda. Nas eleições, também se evidencia a crise de direção revolucionária. Diante da gigantesca crise, os explorados continuam controlados pelos partidos da burguesia. A tarefa de pôr em pé um partido da revolução proletária se mostra urgente em todas as situações de luta de classes, inclusive nas disputas eleitorais.

Os partidos de esquerda podem expressar a independência de classe?

Não podem. A independência de classe é expressa pelo programa e pela política revolucionária. Somente o partido que desenvolva a estratégia da revolução e ditadura proletárias pode realizar a fusão entre o instinto e a consciência revolucionária, ou seja, entre o movimento instintivo do proletariado contra a exploração do trabalho e o movimento socialista encarnado pelo partido marxista. Nenhum dos quatro partidos de esquerda vem trabalhando pelo cumprimento desse objetivo histórico. Estão adaptados às pressões de setores da pequena-burguesia, mais ou menos radicalizados.

Nenhum dos partidos de esquerda dirige uma fração do proletariado

Não se deve confundir o partido como instrumento da independência de classe do proletariado com o movimento instintivo dos explorados em direção à independência de classe. A possibilidade deste ou daquele partido de esquerda de expressar nas eleições a tendência dos explorados à independência de classe está na razão direta da penetração que tenha no seio das massas. Para romper os limites impostos pelos partidos burgueses, pelo poder econômico e pela legislação discricionária (antidemocrática), é preciso que o partido de esquerda expresse o movimento vivo dos explorados, suas lutas, suas necessidades, suas desconfianças e aversões aos partidos da burguesia. Somente pela via da luta de classes é possível refletir nas eleições – terreno da política burguesa – uma tendência objetiva do proletariado ou de uma de suas frações à independência de classe. Ocorre que nenhuma das correntes de esquerda dirige sequer uma fração dos explorados. Nenhuma comparece como canal para o proletariado demonstrar seu descontentamento. Em nenhum caso, se coloca a exigência do voto em decorrência do deslocamento dos explorados do controle dos partidos burgueses.

Rechaçar o oportunismo

O PSOL é um partido pequeno-burguês social democrata. O PCB representa a sombra do estalinismo. O PSTU se caracteriza pelo centrismo (oscila entre o marxismo e o reformismo democratizante), como tal pequeno-burguês. O PCO é uma ficção, que somente por acidente conseguiu se legalizar. Dentre os quatro, o PSTU tem vínculos com a classe operária. A ligação do PSOL com sindicatos operários

se faz por meio de uma variante da burocracia sindical, anteriormente ligada à CUT e ao PT. Os interesses diversos e as condições políticas impulsionaram em mais uma eleição candidaturas próprias para presidente. O PSTU fracassou em seu objetivo de reconstituir a Frente de Esquerda com o PSOL. Mas estabeleceu alianças estaduais com os sociais-democratas. O PCB também contraiu acordos nesse mesmo sentido seguindo as conveniências. Sob a influência dos centristas, dos estalinistas e dos sociais-democratas, não pode se constituir uma frente revolucionária que expresse a estratégia de poder do proletariado. A defesa do “voto crítico” no PSTU, sob o argumento de que expressa a independência de classe, é oportunista e deve ser rechaçada.

O partido revolucionário sempre se guiará pela estratégia de poder do proletariado

Seja participando nas eleições com candidaturas, seja defendendo o voto nulo ou o boicote (a depender da situação política), os marxistas atuam no seio dos explorados com a estratégia da revolução e ditadura proletárias. A luta eleitoral não passa de um meio auxiliar para a defesa do programa da revolução social, das reivindicações que unem os explorados e de combate pela independência do proletariado. Jamais alimentará as ilusões entre os explorados em torno da eleição presidencial. Os centristas se apresentam como alternativa para a constituição de um “governo dos trabalhadores”. Ao vincular a sua candidatura presidencial ao objetivo de um “poder dos trabalhadores” ou de um “poder popular”, as esquerdas renunciam à estratégia revolucionária, falseiam e alimentam a ilusão dos oprimidos na democracia burguesa. Os candidatos dos partidos de esquerda perdem o pequeníssimo espaço, mas precioso, que a tribuna burguesa lhes faculta. Nenhum se identifica com o programa da revolução e com os métodos revolucionários.

Não confundir o voto nulo tático com o voto nulo por princípio

Outras correntes e agrupamentos de esquerda e “anarquistas” também estão pelo voto nulo ou boicote (não ir votar). Os “anarquistas” são conhecidos por serem contrários ao partido, logo sempre estarão contra participar nas eleições. Há correntes, no entanto, que não se reivindicam do anarquismo e se dizem socialistas, comunistas, que apregoam o voto nulo ou o boicote por considerarem as eleições uma farsa, por estarem condicionadas pelo poder econômico, por somente servirem à burguesia, etc. Ao tomarem a posição pelo voto nulo ou boicote apoiando-se estritamente em tais considerações, mostram-se anti-marxistas. Toda eleição é uma farsa, uma vez que oculta o domínio da classe capitalista e que não faculta ao proletariado e aos demais oprimidos, que formam a maioria nacional, conquistar o poder pelo voto e transformar as bases econômicas do capitalismo para o socialismo. Essa constatação, porém, não deve ser motivo para o partido revolucionário não intervir com seu programa e candidaturas revolucionárias. Caso contrário, a intervenção nas eleições deixa de ser uma tática e se torna um princípio (em posição ultra esquerdista, nos termos leninistas).

A linha central do POR nas eleições

Sob a bandeira do voto nulo, o POR convoca os explorados a se posicionarem contra os partidos da burguesia e a se colocarem pela construção do partido revolucionário. Utiliza a campanha pelo voto nulo para defender as reivindicações que defendem a vida da maioria explorada, expor a estratégia da revolução e ditadura proletárias e os métodos da luta de classes que levarão o proletariado a emancipar-se e emancipar toda a sociedade do sistema capitalista de exploração do trabalho.

Morenistas apoiam morenistas

Não há surpresa na declaração da LER-QI de apoio ao candidato do PSTU, Zé Maria. Nada mais lógico que morenistas apoiando morenistas. A LER-QI é a criação, no Brasil, de uma seção do PTS da Argentina, que por sua vez surgiu de uma ruptura do MAS, organização revisionista do trotskismo que se reivindica do legado de Nahuel Moreno (daí a corrente morenista).

As cisões nas fileiras do morenismo argentino são muitas – entre elas a que formou o PTS centrista. Nenhuma ocorreu sobre bases programáticas. A explicação está em que o morenismo não constituiu um programa para a revolução na Argentina e em nenhum outro país.

No Brasil, o PSTU é um dos exemplos significativos. Declara-se socialista, mas se nega a constituir o programa da revolução proletária. Apoiar-se no socialismo abstrato, na justa medida da aceitação de uma parcela democrática da pequena-burguesia. Evita ter de expor as leis históricas do capitalismo que levam à ditadura do proletariado. Refere-se à “revolução socialista” sem determinar seu conteúdo proletário e, portanto, os antagonismos de classes e as possíveis alianças. Essa é uma herança que traz do morenismo argentino, uma espécie de esquerda nacional transplantada a outros países sob a bandeira do internacionalismo e infelizmente do trotskismo.

A LER-QI segue o mesmo caminho do tronco morenista. Não se originou no Brasil por necessidade do programa, mas como reflexo da pugna entre frações do revisionismo. Há pouco tempo, publicou um artigo afirmando que já não se coloca no Brasil a aliança operário-camponesa. Em seu lugar, caberia a “aliança operária e popular”. A leviandade dessa conclusão nos chamou a atenção. A LER-QI não elaborou um programa que contenha a fundamentação para tal substituição. Rechaça a fórmula do governo operário e camponês sem mais nem menos. Admite a bandeira de “governo dos trabalhadores”, que condiciona a política das mais diversas variantes do centrismo. É uma bandeira apropriada para a participação nas eleições.

Não é possível encontrar uma divergência de fundo programático entre essas correntes, cujo parentesco é de primeiro grau. O centrismo se nega a definir com exatidão as classes. O que lhe impede de definir a essência proletária do programa, a estratégia, a tática e o método revolucionários. É conveniente a genérica fórmula de “governo dos trabalhadores” e mesmo “governo operário e popular” (adotado pelo PTS). Não é por acaso que a LER-QI corre atrás do PSTU como o perdigueiro, atrás da codorna. Espera se construir como ala esquerda do morenismo, contando com os fracassos do PSTU.

Essa possibilidade é pequena. Não se dará o mesmo processo de ascensão do renovado morenismo argentino (PTS) e declínio do velho morenismo (MAS). A LER-QI é um reflexo do PTS em condições distintas de desenvolvimento do reformismo, do centrismo e do partido revolucionário. É bem provável que sirva ao PSTU, como faz mais uma vez nas eleições.

Inicialmente, a LER-QI se posicionou pela liberação do voto de sua militância aos partidos de esquerda – um escandaloso oportunismo. Posteriormente, selecionou o PSTU. Agora, mantém essa linha. Qual é agora a explicação do chamado ao voto no PSTU e não no PCO? Em sua declaração “Por que defendemos o voto crítico em Zé Maria”, os leristas inventam uma

justificativa que mostra o seu pendor para o escandaloso oportunismo. Em suas palavras: “A candidatura que pode melhor expressar esse voto hoje é a de Zé Maria do PSTU, já que é o candidato operário mais conhecido nessas eleições. Rui Costa Pimenta do PCO também é uma candidatura operária. Entretanto, as posições que o PCO vem expressando de defesa dos petistas do mensalão como supostos ‘perseguidos políticos’ e logo em seguida de defesa da Copa do Mundo da Fifa contra todo o questionamento a esses eventos que imbuíram amplos setores da classe trabalhadora impedem que seja uma expressão de independência política dos trabalhadores.”

A LER-QI diz que votará no PSTU porque “expressa a independência de classe”. Apoiar-se em uma única justificativa: a de que José Maria é “o candidato operário mais conhecido nessas eleições”. Rui Costa Pimenta, do PCO, se diferencia apenas por não ser tão conhecido. Não temos dúvidas de que a LER-QI não se refere à classe social da qual Rui é proveniente. Zé Maria é candidato operário mesmo. Rui não é operário. Sua candidatura seria “operária”, então, pelo programa e pela política de PCO? A LER-QI embeleza a corrente pequeno-burguesa dirigida por Rui com o rótulo de operária. Não se vê na obrigação de fundamentar sua afirmação. Desconhece que PCO comunga com os morenistas a bandeira de “governo dos trabalhadores”. Não tem programa, não expressa a luta pela reconstrução da IV Internacional, rompeu com PO argentino sem dar nenhuma explicação e oscila entre o sectarismo e o oportunismo.

Para a LER-QI, Rui é uma candidatura operária, mas seu partido, PCO, não está expressando a independência de classe porque faz a defesa “dos petistas como supostos ‘perseguidos políticos’ e da ‘Copa do Mundo’”. A confusão entre a noção de candidatura operária e de independência de classe é flagrante. Zé Maria representaria a candidatura operária e independência de classe. Não sabemos por que, distintamente de Rui, expressa independência de classe. Assim como a LER-QI apresentou dois motivos contra PCO para dizer que não expressa independência, poderia apresentar vários contra o PSTU. Alguns são citados em sua própria declaração: “política do PSTU de coligar com o PSOL e o PCB e elogiar esses partidos como ‘socialistas’ (...) desavergonhado oportunismo eleitoral, contribuindo para fortalecer os reformistas e conciliadores e não os classistas e revolucionários”.

A LER-QI diz que votará na candidatura operária do PSTU porque expressa a independência de classe, mas em sua alegação para o “voto crítico” diz que o PSTU contribui para “fortalecer os reformistas” (o que é verdadeiro). Mas os leristas deixaram uma porta aberta para fugir de sua correta crítica. Eis: “Apesar da política oportunista do PSTU, a candidatura de Zé Maria e da sua legenda nos estados em que não estão coligados como o PSOL ou o PCB são uma expressão da independência de classe.” (...) “Nos estados em que o PSTU estiver em coligação oportunista e de conciliação de classes com o PSOL e o PCB, propomos votar nulo para governador, senador e deputado.”

Como é que o PSTU explica sua coligação em alguns estados com o PSOL? Diz o mesmo que a LER-QI. Ou seja, explica que foi possível garantir uma coligação com o PSOL onde as

candidaturas expressam a independência de classe. Nos estados em que o PSOL é controlado por carreiristas e oportunistas, não se constituiu a frente eleitoral. A LER-QI se utiliza do mesmo fundamento para votar em Zé Maria e negar o voto aos candidatos a deputado, senador e governador da coligação do PSTU com o PSOL. Os morenistas do PSTU e da LER-QI se banham assim na mesma água da sua generis noção de “independência de classe”. Evidentemente, cada um em causa própria.

O PSTU faz coligação com o PSOL nos estados em que acha que está assegurada sua noção de independência de classe e a LER-QI apoia o PSTU onde considera assegurada a independência de classe. É uma explicação estapafúrdia. Mas há ouvidos para tudo.

O PSTU ataca constantemente o PSOL por não ter uma política de independência de classe. Os psolistas recebem dinheiro de empresários e fazem coligações com partidos da burguesia. Mas o PSTU considera mesmo assim que é um aliado para uma frente de esquerda. A LER-QI, por sua vez, ataca o PSTU por fazer alianças estaduais com o PSOL, mas mesmo assim apoia sua candidatura em nome de uma misteriosa independência de classe. Esse jogo do PSTU e da LER-QI nas eleições serve de cobertura ao oportunismo democratizante dos morenistas.

A independência de classe é expressa pelo programa, estratégia e método revolucionários. O marxismo não conhece outro sentido. E as experiências históricas o comprovam. A LER-QI pinta de dourado a candidatura operária do PSTU e inventa para ela uma independência de classe completamente oca. O PSTU é uma corrente de esquerda centrista. Como tal não pode expressar programaticamente a independência de classe do proletariado.

A LER-QI se limitou a criticar o irmão siamês em sua política eleitoral. No entanto, o PSTU vem desenvolvendo uma política sindical de esquerda burocrática. O acordo de demissão assinado pelo sindicato metalúrgico de São José dos Campos, sob a direção do morenismo, não diferencia em nada daqueles assinados pela burocracia petista. Mas a LER-QI não pode levar a sério a defesa da independência de classe do proletariado.

Tratemos de outro aspecto desconsiderado pelos leristas. Dentre as esquerdas que concorrem sob a bandeira do socialismo e do comunismo, o PSTU é a que mais tem expressão no movimento sindical e estudantil. Teve força suficiente para cindir a CUT e formar um aparato próprio com uma centena de sindicatos (a maioria, não operário). No entanto, não comparece como uma força eleitoral. Não constitui no plano político-partidário um canal por onde uma importante fração do proletariado e dos demais explorados pudesse se deslocar dos partidos da burguesia e expressar um movimento objetivo

para a independência de classe.

Esse fenômeno ocorreu com o PT, até o momento de sua chegada ao poder do Estado. Houve a princípio uma tendência objetiva dos oprimidos em procurar um partido não identificado com os velhos partidos da burguesia e que comparecia distinto. O seu programa e a candidatura operária de Lula não expressavam a independência de classe. Mas a classe operária sim rompia os laços de submissão impostos pelos partidos da burguesia e procurava uma via ainda não experimentada. O PT e Lula insurgiam como críticos das selvagens consequências do capitalismo, da política oligárquica dos partidos oficiais e acenavam com reformas. Obrigatoriamente, os marxistas tinham de intervir nesse processo com a estratégia revolucionária e com a defesa de construir um partido-programa. O proletariado realizava uma experiência partidária desconhecida no País, depois de vivenciar a traição do estalinismo, de suportar vinte anos de ditadura militar e de rejeitar os métodos da esquerda pequeno-burguesa foquista dos anos 70.

Não há nada semelhante hoje. O PT se mostrou burguês por sua orientação política e os explorados não respondem à frustração se deslocando para um partido centrista como o PSTU ou pequeno-burguês socialdemocrata como o PSOL (PCO é uma ficção). Se o fizesse, estaria expressando uma tendência objetiva à independência de classe (votar no PSTU ou PSOL contra o PT e demais partidos da burguesia). Nesse preciso caso, os marxistas poderiam se ver obrigados a chamar o voto indistintamente de ser PSTU ou PSOL. Como se vê, o deslocamento objetivo do proletariado – ou de uma poderosa fração dos explorados em geral – à independência de classe, mesmo que no plano eleitoral, é um fenômeno que indica, ainda que deformadamente, tendências revolucionárias no seio das massas.

Os marxistas, sendo obrigados a defender o voto em um partido centrista ou pequeno-burguês reformista, devem se apresentar com seu programa, que não se confunde e que deixe claro que nem o centrismo, nem o reformismo pequeno-burguês expressam a política de independência de classe.

Essa hipótese dificilmente ocorrerá no Brasil. A luta revolucionária não passará por um período de polarização no plano da democracia burguesa entre os partidos da burguesia e uma variante radical do reformismo (o centrismo desemboca no reformismo).

A declaração de voto da LER-QI no PSTU centrista, de fato, nada tem a ver com a luta pela independência de classe do proletariado e com a constituição do partido marxista-leninista-trotskista. Indica apenas a política oportunista do morenismo disfarçado de trotskista de construir sua organização usando uma das portas dos fundos do PSTU.

Nota crítica ao texto “O esgotamento do projeto hegemônico do PT”, de Gonzalo A. Rojas

Não temos como tratar os vários aspectos que Rojas expõe em seu texto de um pouco mais de seis páginas. Na medida em que respondermos à questão fundamental que nos toca, veremos outras formulações colaterais.

Eis o que diz a respeito do POR: “O Partido Operário Revolucionário (POR) – Massas, lorista (fazendo referência a seu fundador o dirigente trotskista boliviano Guillermo Lora) – tem a virtude de

realizar uma crítica geral ao capitalismo e ao regime desde uma posição independente e programática focando sua ação na luta de classes. Nestas eleições chamam o voto nulo, porém, a repetição desta posição tanto na Bolívia, onde apresentam uma inserção histórica, como no Brasil em diversas circunstâncias e momentos históricos corre o risco de transformar uma questão tática em uma questão estratégica”.

Isso é tudo que é dito sobre a posição do POR diante das

eleições. Não faz nenhuma referência ao nosso Manifesto. Não faz sequer uma síntese de nossa fundamentação. Assim, Rojas não precisa refutar absolutamente nada da bandeira **“voto nulo contra os partidos da burguesia e pela construção do Partido Operário Revolucionário”**. Refere-se à posição do POR boliviano também sem demonstrar que suas premissas estão equivocadas. Tanto no Brasil como na Bolívia são dadas explicações sobre as razões táticas do voto nulo. Razões essas distintas.

No Brasil, dizemos que não tem sido possível conquistar a legalidade para que o POR pudesse participar nas eleições com a estratégia revolucionária e com candidaturas próprias. Na Bolívia, o POR demonstra o desenvolvimento de uma situação revolucionária, a caricatura de democracia vigente e a desmoralização do processo eleitoral aos olhos dos explorados. São razões distintas para uma tática comum.

No Brasil, no momento em que o POR se potencializar no seio das massas e estas impõem à burguesia seu registro eleitoral - no caso de não haver uma situação revolucionária - sem dúvida, intervirá com seu programa e candidaturas. Não formula, portanto, nenhuma posição de princípio. Não é o caráter fraudulento das eleições, as limitações impostas às esquerdas, as enxurradas de dinheiro para os partidos da burguesia, etc. - todas essas características mostram a farsa democrática - que levaram o POR a defender o voto nulo. Dizemos com absoluta clareza que estamos construindo o partido marxista-leninista-trotskista e que por sua condição embrionária não tem como impor sua legalidade à burguesia. Se os nossos adversários querem rechaçar a bandeira de voto nulo contra os partidos da burguesia e pela construção do POR, devem considerar nossas premissas. Essa forma de soltar ao vento que o POR transforma a tática em estratégia desemboca na falsificação e na difamação.

Rojas coloca mal a questão da tática e é inconsequente em sua fundamentação. Diz: “As eleições e a participação ou não dos partidos revolucionários nelas não são um tema novo de discussão para os socialistas revolucionários de matriz marxista comunista, leninista-trotskista, a partir de onde procuro formular minhas reflexões”.

Não se trata de uma divergência em abstrato (participar ou não). Por se tratar de uma tática, o erro ou acerto de participar nas eleições somente pode ser demonstrado pela situação concreta da luta de classes, das condições políticas e do próprio desenvolvimento do partido revolucionário. Se fosse consequente com o reconhecimento de que “a legislação brasileira é profundamente antidemocrática” Rojas deveria levar em consideração a tática a ser aplicada pelo POR e por outras correntes de esquerda que estão impedidas de obter o registro eleitoral.

Por que não parte dessa constatação para criticar nossa posição de voto nulo? Porque Rojas expressa a política da LER-QI de que se deve chamar ao voto a qualquer preço. Acima desenvolvemos a crítica aos leristas no artigo **“Morenistas apoiam morenistas”**. O leitor encontrará uma explicação mais desenvolvida sobre a política eleitoral do morenismo. Rojas repete em seu texto as posições da LER-QI como se fossem fruto de suas “reflexões”. Caso não se declarasse adepto dessa corrente pareceria plágio. Mas vamos ao essencial: Rojas acusa o

POR de forma diplomática de estar perto (“corre o risco”) de transformar a tática em estratégia. Não estaria caso apoiasse a candidatura de Zé Maria. A LER-QI estaria aplicando corretamente, segundo sua avaliação, a tática marxista decidindo pelo voto no PSTU.

A LER-QI implorou para que o PSTU (leitor, consulte a declaração da LER-QI) abrisse sua legenda, assim teria um lugarzinho para suas candidaturas e uma melhor justificativa para votar em Zé Maria. Diz que PSOL e PCO aceitaram. Mas a LER-QI somente vê independência de classe na candidatura operária do PSTU. É de se perguntar por que será que a LER-QI pediu legenda para o PSOL e PCO, se apenas o PSTU preenchia suas posições de “princípio”? É preciso lembrar que a tática da LER-QI prevê inclusive liberação do voto nas esquerdas. Essa foi sua primeira decisão, no passado. Depois, passou a eleger o PSTU como a corrente que expressa “a independência de classe”. Será que a LER-QI continua considerando acertada a posição de liberar o voto de sua militância para sufragar candidatos das esquerdas? E que apenas mudou a situação? Se Rojas sai em defesa dos morenistas reformados, deve então explicar sua tática concretamente aplicada.

Lênin combateu a posição do abstencionismo por princípio. Mas nem toda circunstância que impõe a tática de boicote ou de voto nulo é por princípio. Se o esquerdismo é negativo para a luta do proletariado, o oportunismo também o é - talvez mais perigoso. O que garante que a decisão da LER-QI de apoiar o PSTU não é uma resultante de sua política oportunista? É o que demonstramos no artigo **“Morenistas apoiam morenistas”**. Se a LER-QI estivesse legalizada e não fosse possível a sonhada Frente de Esquerda montada por PO e PTS na Argentina, lançaria seus candidatos ou votaria na conhecida candidatura operária de Zé Maria? Responda com precisão é se verá a política oportunista do lerismo. Transformar em obrigatoriedade o chamamento do voto em qualquer circunstância também transforma a tática em estratégia. Esse outro lado da questão é desconhecido por Rojas em suas “reflexões” sobre a tática.

Vejamos um aspecto do argumento oportunista. Diz Rojas - repetindo a LER-QI - que o PSTU “se apresenta de forma autônoma, como uma alternativa independente para os trabalhadores”. Mas tem um inconveniente - “mantém alianças com o PSOL em vários estados do Brasil”. Rojas assim mesmo conclui que pela defesa do **voto crítico no PSTU**. Essa decisão se justifica “na ausência de alternativa eleitoral independente dos trabalhadores”. Aí está a resposta de Rojas à pergunta que fizemos acima. Se a LER-QI pudesse ter suas candidaturas, seria essa outra alternativa. Assim temos a seguinte ordem de valores: o PSTU é uma alternativa independente dos trabalhadores, mas a LER-QI seria muito mais porque não faria aliança com o PSOL. O oportunismo é escandaloso. Rojas e a LER-QI precisam inventar uma independência expressa pelo PSTU para justificar à sua militância o **“voto crítico”**. Nega-se a convocar o voto nulo quando mais é necessário. Se os leristas se dessem ao trabalho de explicar por que o PSTU contrai alianças com o PSOL em alguns estados, veria que é justamente por sua política centrista, típica de um partido pequeno-burguês de esquerda. Mas é bom para os leristas apenas constatar e descrever. A limitação do raciocínio político à crítica descritiva é típica do

oportunismo. Não lhe faz bem a crítica analítica.

Dissemos que não tínhamos como comentar outros aspectos do artigo do lerista Rojas. Mas há um erro que não podemos deixar de comentar. Trata-se da conceituação de governos como o de Lula, Chávez, Morales e Kirchner. Rojas os caracteriza de “*governos policlassistas com hegemonia de alguma fração da burguesia*”. Os morenistas em geral (há vários morenismos) relutam em caracterizar com precisão os governos nacionalistas ou pseudo nacionalistas. No entanto, qualquer que seja o governo é claramente definido por seu conteúdo de classe.

O marxismo reconheceu na história do capitalismo uma variação de formas de governos. As distinções são importantes para uma justa aplicação da tática revolucionária – sempre orientada à independência de classe do proletariado e à luta pela derrocada da burguesia pela revolução social. O que não dispensa a tarefa de reconhecer o fundamento de classe do governo. Um governo operário que mantenha o capitalismo não passa de uma máscara ao governo burguês. É o que mostra a “Resolução sobre a tática da Internacional Comunista”

(Quarto Congresso, 1922) O mesmo se passa com um governo pequeno-burguês. A aliança partidária que se faz em nome da classe operária e dos demais explorados – a exemplo do PT, no Brasil – resulta em um governo burguês e não em um governo “policlassista”.

Lula, Chávez e Morales (operário, pequeno-burguês e camponês) assentaram seus governos na grande propriedade dos meios de produção. Não têm nada de governo de várias classes (policlassistas). É de uma só classe: da burguesia. Exerceram e exercem a ditadura de classe dos capitalistas sobre a maioria oprimida. Evidentemente, expressam divisões interburguesas e se apoiam na conciliação de classes praticada pelas lideranças operárias, camponesas e da pequena burguesia urbana arruinada. Não são “governos policlassistas” que estão em crise. São governos burgueses de conciliação de classe que não encontram uma via para enfrentar a crise econômica. Os centristas se negam a determinar com precisão as classes sociais e o caráter da revolução. Fatalmente, incorrem na aplicação da tática oportunista.

POR realiza debate sobre as eleições em Salvador-BA

O Partido Operário Revolucionário vêm realizando uma série de atividades com o objetivo de denunciar os candidatos e partidos burgueses e defender um programa revolucionário nestas eleições de combate ao capitalismo e suas instituições e de defesa do socialismo. No dia 13/09, foi realizado um debate sobre as eleições em Salvador-BA, cuja discussão está sintetizada abaixo.

A participação dos revolucionários nas eleições é obrigatória enquanto as massas mantiverem ilusões democráticas. O POR participa defendendo o voto nulo programático porque é impedido pela reacionária justiça burguesa de lançar suas candidaturas. A defesa do voto nulo serve para denunciar a democracia burguesa, defender as reivindicações dos explorados e a construção do POR como única via de independizar a classe operária dos partidos burgueses.

As três principais candidaturas burguesas (Dilma, Aécio e Marina) enganam os trabalhadores prometendo que, se eleitos, vão melhorar a saúde, a educação, criar empregos, dar moradia, enfim, atender aos anseios dos explorados. Na verdade, qualquer um dos três governará para a burguesia. Não é nem preciso comentar que os três candidatos são apoiados e financiados pelos capitalistas. Todos defendem a propriedade privada e a exploração capitalista. Na essência, representam a mesma coisa, ainda que se diferenciem em questões menores.

A esquerda (PSol, PSTU, PCB e PCO), por sua vez, aparece durante as eleições afirmando que nenhum dos três candidatos principais resolverão os problemas dos trabalhadores. Da parte deles, afirmam que, se eleitos, eles sim resolverão os problemas dos trabalhadores. Porque são socialistas, acima de tudo! Não se corromperão como o PT. Garantirão educação, saúde, moradia, terra, trabalho, salário. Formarão um governo dos trabalhadores, sem patrões!

Qual a diferença do discurso dos candidatos da esquerda e dos candidatos burgueses? Ambos prometem resolver os problemas dos trabalhadores. Será apenas que os candidatos

da esquerda são capazes de fazê-lo, enquanto os candidatos burgueses não? É isso que a propaganda dos partidos de esquerda passa aos trabalhadores. Assim, ao invés de utilizarem o espaço que têm para combater as ilusões que os explorados têm com as eleições, ao contrário, acabam fortalecendo estas mesmas ilusões, acabam defendendo a possibilidade um governo dos trabalhadores como produto das eleições burguesas e não como fruto da revolução proletária.

A participação do POR nas eleições tem como objetivo dizer aos trabalhadores que as eleições são uma farsa montada pela burguesia para enganar o povo fazendo-o achar que pode influenciar a política, a economia, as decisões que vêm de cima. Mas não foram vocês que elegeram essas pessoas? dizem os burgueses. A burguesia só permite a existência das eleições porque sabe que o camponês atrasado votará no padre ou no fazendeiro e que o operário atrasado votará no patrão, no advogado que se diz comprometido com as causas sociais, etc.

Um governo de operários e camponeses, do proletariado e demais explorados não pode sair das eleições porque só será produto da revolução proletária. A existência de classes sociais na sociedade não permite uma saída pacífica, eleitoral. Os interesses da burguesia e do proletariado são opostos, inconciliáveis. Por menos, a burguesia já derrubou governos reformistas como o de João Goulart, no Brasil, e o de Salvador Allende, no Chile.

É preciso colocar na cabeça dos trabalhadores que o seu poder será garantido pela força das suas armas, da sua organização e do seu partido. Que a democracia nada mais é que um invólucro para disfarçar a ditadura de classe da burguesia. Que a burguesia não irá largar o poder, tal qual um cachorro não larga um osso. É preciso arrancá-lo. Para resolver os problemas dos trabalhadores, para emancipar o país do saque imperialista, só a ditadura do proletariado é capaz de fazê-lo. É isso que a esquerda eleitoral deveria dizer e não diz. Cabe ao POR dizê-lo.

Burocracia estalinista do PCdoB quebra a greve nacional dos correios em São Paulo

Os trabalhadores dos correios saíram em greve, novamente, divididos pela burocracia sindical (PCdoB e PT). Em sete estados, Minas, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Sergipe, Tocantins e Roraima, as assembleias rejeitaram a miserável proposta da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) de reposição da inflação e um abono de R\$200,00.

O vendido presidente do Sindicato dos Correios de São Paulo, Diviza, fez outra vez o papel do governo, propondo que a assembleia aceitasse a proposta. Procurou ganhar uma parcela de trabalhadores com o argumento de que não era possível arrancar mais. Que isso era o limite. Que foram horas penosas de negociação. Que a proposta da ECT continha avanços. Concluiu a lamentação dizendo que seria uma irresponsabilidade do sindicato jogar a categoria em uma aventura, referindo-se à aprovação da greve.

A assembleia reagiu e se dividiu, com uma maioria clara pela greve. O burocrata aproveitou para anunciar a vitória de sua proposta. Como todo pelego, desligou os microfones e suspendeu a assembleia. Os trabalhadores que rejeitaram a proposta não aceitaram a manobra do burocrata Diviza e responderam atirando tudo que via pela frente. Os burocratas saíram do local escoltados pelos bate-paus, contratados para fazer valer a decisão da burocracia contra

a deflagração da greve.

Essa conduta do PCdoB, na direção do sindicato em São Paulo, não é novidade. Essa corrente estalinista está até a medula comprometida com a governabilidade do PT e, agora, com a reeleição de Dilma Rousseff. Aceitar a proposta da ECT e se colocar contra a greve foi uma decisão do governo. Cabia unicamente ao porta-voz Diviza executá-la a qualquer custo.

O fundamental está em que alguns estados rejeitaram a vergonhosa proposta. A posição de São Paulo contrária à unidade grevista nacional enfraquece a greve nacional e facilita a ação repressiva do governo e da ECT. Sem dúvida, vão punir os sindicatos e os grevistas, utilizando a legislação antigreve e a Justiça do Trabalho.

Uma forte greve nacional dos correios potencializaria a força da classe para arrancar as reivindicações da campanha salarial e obrigaria governo e ECT a modificar sua política de arrocho salarial. É preciso que os trabalhadores dos correios de São Paulo continuem em luta e exijam nova assembleia. Com o início nos outros estados, uma boa campanha da oposição nas bases possibilitará reverter o bloqueio autoritário imposto pelos burocratas estalinistas do PCdoB.

Todo apoio a greve dos trabalhadores dos Correios!

.....

Campanha salarial dos metalúrgicos do ABC morreu sem luta

O mês de setembro (data-base) está acabando. Os dirigentes do sindicato dos metalúrgicos continuam amarrados às intermináveis negociações por grupos com o patronato. Apenas lamentam a intransigência dos capitalistas, que não aceitam sequer a reposição integral da inflação, o que dirá então da proposta de aumento real!

No Jornal A Tribuna Metalúrgica, o presidente do sindicato, Rafael, denuncia em palavras o presidente da Fiesp por “trazer de volta o fantasma do desemprego”. Diz que essa ameaça objetiva colocar os “trabalhadores contra a parede”. Conclui dizendo que a campanha salarial ocorre em um momento delicado, porque está combinada com as eleições presidenciais.

Levou a campanha salarial em banho-maria (negociações

de gabinete), enquanto os capitalistas rejeitavam a pauta de reivindicações e ameaçavam com mais demissões e suspensões. O resultado só poderia ser o da total desmobilização e os choramingos de burocratas traidores.

São nesses momentos que ressalta a importância de uma oposição classista no seio do proletariado. Sem essa fração revolucionária, atuando nas fábricas, a burocracia continuará quebrando as campanhas salariais, ora porque há eleições presidenciais, ora porque há muito estoque nas fábricas, ora porque a crise econômica é grande, etc. Construir a fração revolucionária é a lição que a vanguarda pode tirar de mais uma experiência nefasta com a burocracia.

Usinas de açúcar e etanol eliminam postos de trabalho

Desde o início da crise econômica mundial, em 2008, que as usinas vêm demitindo. A tendência é de aumento das demissões. Os capitalistas dizem que as condições climáticas foram ruins, que os custos de produção são altos e que os preços do açúcar e do etanol estão em baixa no mercado exterior. Os usineiros acusam o governo de segurar o preço da gasolina e assim a produção do etanol não compensa e fecharam 12 usinas e demitiram cerca de 3.600 trabalhadores. Mas há outras causas que contribuem para as demissões no setor: a mecani-

zação do plantio e da colheita da cana. Uma máquina substitui 80 cortadores de cana e coletora colhe 600 toneladas por dia, enquanto um cortador de cana colhe 8 toneladas (o número de trabalhadores braçais no plantio e corte de cana reduziu 31.128 no Centro-Sul do país (hoje são 135.507 trabalhadores).

Seja devido ao fechamento de usinas, seja devido à substituição do trabalho braçal pelas máquinas, o proletariado agrícola está sendo duramente golpeado pelas demissões. Não se trata de um acontecimento circunscrito ao campo. Na indústria

em geral, o fechamento de postos de trabalho tem ocorrido em escala crescente. Nos serviços, que parecia resistente à crise, os capitalistas já começaram a demitir. A tendência é de aumento do desemprego em todo o país.

A economia capitalista funciona exatamente assim: nos períodos de crescimento que são curtos, o desemprego pode ser reduzido. Logo precipita a crise e os períodos de baixo crescimento resultam em demissão em massa e aumento do desemprego.

O problema está em que a classe operária urbana e rural se encontra fragmentada e desorganizada. Os seus sindicatos que deveriam unificá-la e organizá-la em defesa dos empregos e dos salários estão sob o controle de uma direção pró-capitalista. Mas com o fechamento dos postos de trabalho e com o

aumento do desemprego virão as revoltas instintivas da classe operária. É preciso, portanto, desenvolver uma ampla propaganda e agitação das reivindicações que defendem os trabalhadores contra as medidas capitalistas. São elas: estabilidade no emprego, redução da jornada de trabalho sem reduzir os salários, escala móvel das horas de trabalho, fim da terceirização com a efetivação de todos os terceirizados, revogação de todas as medidas de flexibilização do trabalho, defesa do salário mínimo vital com reajuste automático de acordo com a elevação do custo de vida. Diante das demissões, ocupar as indústrias e impor o controle operário da produção. Para que esse programa se concretize, é preciso constituir comitês de defesa dos empregos e dos salários. E constituir uma direção que centralize e unifique as lutas.

Camponeses ocupam usinas

No Pontal do Paranapanema, estado de São Paulo, a Frente Nacional de Luta Campo e Cidade, comandada por José Rainha, ocupou quatro usinas de cana de açúcar, que se encontram em processo de falência. A reivindicação dos camponeses é que a dívida dos usineiros seja usada para a aquisição de terras e viabilização da reforma agrária. Os proprietários entraram com a ação de reintegração de posse. As lideranças das ocupações deram o sinal de que acatarão passivamente a

ordem do juiz.

A ausência de organização dos operários agrícolas possibilita distorções como essa. Tratava-se de ocupar as usinas para colocá-las em funcionamento, sob o controle coletivo operário. A reivindicação de José Rainha de que se use a dívida para a reforma agrária é um passo atrás quando se trata da agroindústria. Não se coloca a reforma agrária, mas sim a expropriação das usinas sem indenização e controle operário.

Efetivação imediata de todos os trabalhadores terceirizados

A terceirização vem se ampliando. Se antes estava restrita às empresas privadas, hoje os governos a vêm impondo nos serviços estatais. Nas escolas públicas paulistas, os serviços de merenda, limpeza e inspeção de alunos estão nas mãos de empresas terceirizadas. As denúncias de superexploração do trabalho, de não pagamento de salários e rotatividade se tornaram cotidianas. Trata-se de um mecanismo de contratação que somente beneficia as empresas terceirizadas, que prestam serviços em quase todas as áreas e ramos da produção. Da Petrobrás às multinacionais, todas se valem dos terceirizados.

Hoje já são 12,2 milhões de trabalhadores terceirizados. Exercem as mesmas funções dos que possuem contratos formais, mas seus salários são 27% menores. Trabalham na mesma empresa, mas a jornada semanal é 7% maior. Como a rotatividade é grande, para alcançar a aposentadoria, os terceirizados precisam trabalhar muito mais do que os 35/30 anos exigidos pela lei.

A terceirização é parte da precarização do trabalho. As multinacionais vêm pressionando o governo para flexibilizar ainda mais a lei que rege os contratos terceirizados. Querem que todas as atividades empresariais (meio e fim) possam ser executadas por terceiros. A tendência, com o avanço da crise capitalista, é eliminar tudo que obstaculize a expansão do trabalho terceirizado. A terceirização é uma

forma dos capitalistas reduzirem o custo da força de trabalho e aumentar a sua lucratividade. Para ser implantada, o governo, parlamento e a burguesia destroem antigas conquistas sociais do proletariado.

As burocracias sindicais, em palavras, denunciam essa pretensão dos capitalistas. Porém, não há uma campanha pela sua extinção. Admitem a existência da terceirização para atividades consideradas meio (auxiliares). Não denunciam a utilização pelos governos federal, estaduais e municipais. Isso por que implica a luta pelo emprego a todos e com os mesmos direitos. A existência da terceirização é uma forma de acobertar o desemprego ou o subemprego. Os 12,2 milhões de trabalhadores precarizados e submetidos à violenta rotatividade compõem nas estatísticas como assalariados empregados.

A luta pelo emprego a todos, necessariamente, passa pela defesa da efetivação dos terceirizados. E pela luta pela redução da jornada de trabalho. A bandeira que favorece todos os trabalhadores (terceirizados, com contratos formais e desempregados) é a da escala móvel das horas de trabalho, porque permite a divisão das horas nacionais entre todos aptos ao trabalho. Essa é uma luta que se choca com os capitalistas, seus governos e com a burocracia sindical. Essa é a via para erradicar a precarização do trabalho e para a classe operária se levantar revolucionariamente contra a exploração capitalista.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org**

Manifesto do Partido Operário Revolucionário – 17 de setembro de 2014

Tropa de Choque transforma o centro de São Paulo em praça de guerra

Centenas de famílias de sem-teto são despejadas da Ocupação São João Pela imediata entrega do imóvel aos seus ocupantes!

Pela liberdade imediata dos sem-teto presos!

Pelo fim de toda perseguição judicial!

Pelo fim das reintegrações de posse!

Pelo direito à moradia aos explorados!

A região central de São Paulo conta com 60 ocupações, organizadas pela Frente de Luta por Moradia e outros movimentos. Estima-se que reúnem 5 mil famílias. Não tendo como pagar os altos aluguéis e não tendo onde morar, os explorados ocupam prédios fechados e abandonados. A maioria trabalha e sobrevive no centro da cidade. Ou tomam posse coletiva dos imóveis, ou se tornam moradores de rua.

Diante de um movimento social tão volumoso, o governo do estado e o do município não assumem medidas em favor dos sem-teto. Aguardam a ordem judicial de despejo para imediatamente enviar a violenta tropa de choque. É o que acaba de acontecer com as duzentas famílias da Ocupação São João.

Ao amanhecer do dia 16 de setembro, os sem-teto foram cercados e atacados com bombas de gás lacrimogênio, balas de borracha e cassetetes. Um carro blindado arrombou a porta do prédio. Os policiais obrigaram as crianças e mulheres a saírem e encurralaram os demais ocupantes, que resistiram à ação do pelotão de choque. Em legítima defesa da ocupação e de suas vidas, os sem-teto arremessaram contra a polícia objetos (camas, sofás, eletrodomésticos, estrados, ripas, etc.). Durante todo dia, a Avenida São João e imediações se transformaram em praça de guerra.

A resistência dos sem-teto ganhou adesão de populares, estudantes e moradores de rua. A tropa de choque se viu diante de um levante popular. O comércio baixou as portas. Os manifestantes depredaram e botaram fogo em um ônibus a poucos metros da prefeitura. Foi um gesto de ódio às autoridades governamentais. Levantaram barreiras colocando fogo nas lixeiras, madeiras e objetos que encontravam. Dezenas de manifestantes foram detidos, nove presos e outras dezenas, feridas.

A solução da moradia para os pobres e miseráveis está na ocupação. Os programas de governo não respondem aos milhões que não têm casa, que ganham salário mínimo de fome, que não alcançam uma renda familiar acima de três salários mínimos e aos que estão desempregados. São programas que servem às empreiteiras. São programas que constroem casas distantes dos locais de trabalho. São programas para uma minoria que pode pagar uma prestação. Servem, acima de tudo, à política eleitoral e à demagogia assistencialista dos politiquinhos.

O Partido Operário Revolucionário denuncia a violência policial contra os pobres indefesos. Responsabiliza o governador Alckmin do PSDB e o prefeito Haddad do PT. Não aceitamos a falsa discussão: se a polícia usou ou não uma força desmedida. Se está ou não preparada para lidar com as reintegrações de posse. E não aceitamos a falsa discussão de quem iniciou

o confronto. Aqui só há uma verdade: *os pobres e miseráveis foram arrancados da Ocupação São João pela violência do Estado burguês, que serve à propriedade privada dos capitalistas e à exploração do trabalho.*

É necessário que a classe operária, desde as fábricas até os bairros, saia em defesa dos sem-teto e do direito à moradia a todos. Que os sindicatos deixem de assistir aos ataques tão brutais e tomem a frente da luta pelo direito à vida dos oprimidos. Que se constitua um verdadeiro Tribunal Popular de defesa do direito dos sem-teto ocuparem terrenos e imóveis fechados ou subutilizados. E que os programas governamentais de moradia passem para o controle das organizações sindicais e populares, regido democraticamente pelas assembleias fabris e de bairros.

A solução da moradia para aqueles que estão prestes a se transformarem em moradores de rua está na ocupação. Mas a verdadeira solução se encontra no emprego e no salário. Os baixos salários e o desemprego são os causadores da desgraça de milhões de famílias que vivem premidas pelos altos aluguéis. A inflação e a elevação do custo de vida vêm agravando as condições de existência da maioria oprimida.

Estamos diante de uma crise econômica em curso. No horizonte, uma tormenta ainda maior se ergue. A burguesia e seus governos não têm outra via senão a de descarregar a desintegração do capitalismo sobre os ombros dos assalariados, dos camponeses pobres e da juventude.

Os movimentos por moradia pecam em não levantar as reivindicações que de fato resolvem a questão da habitação e que abrangem a totalidade dos explorados. O ponto de partida da defesa geral dos pobres e miseráveis é a do **salário mínimo vital** e do **emprego a todos**. Que nenhum trabalhador receba menos que o salário mínimo vital. Que nenhum trabalhador esteja desempregado. Quanto uma família precisa para viver dignamente? Esse cálculo deve ser feito pelas assembleias operárias e populares. O Dieese diz que é necessário R\$ 2.861,55. Nossos cálculos dizem R\$ 4.200,00. O certo é que o salário mínimo vital deve ser levantado como uma bandeira do movimento pela moradia. E o seu cálculo real deve ser apurado. E o desemprego? Quais são as reivindicações que defendem o direito universal ao emprego? A resposta se encontra no cálculo das horas nacionais trabalhadas e no número de pessoas aptas ao trabalho. Basta estabelecer uma jornada de trabalho compatível com o número de trabalhadores para que, dividindo todo trabalho disponível sem reduzir salários, se tenha emprego a todos. Essa reivindicação se resume na bandeira de **escala móvel das horas de trabalho**. E a inflação e a alta do cus-

to de vida? A bandeira que defende os explorados é a *escala móvel de reajuste dos salários* (reajuste automático dos salários de acordo com a inflação). Outras reivindicações devem ser discutidas nas assembleias: estabilidade no emprego, fim da terceirização e recuperação de todos os direitos trabalhistas eliminados pelas medidas de flexibilização do trabalho.

A brutal repressão desfechada contra a Ocupação São João não é isolada. Os explorados se deparam diariamente com a opressão policial e judicial. Não se tem direito de greve. Não se tem direito de livre manifestação. E não se tem o direito de defender a vida por meio das ocupações. Sob o capitalismo e o Estado burguês, as massas não passam de instrumento de produção e de riqueza para encher os cofres dos industriais, comerciantes, latifundiários e banqueiros. Os exploradores não têm como manter o capitalismo em pé se não for com uma poderosa força militar-policial e um gigantesco aparato judicial.

Grito dos Excluídos

No dia 07 de setembro, o POR participou do grito dos excluídos que acontece todos os anos chamado pela Pastoral Operária. A 20ª edição teve como tema: "A questão da criminalização das manifestações". O que correspondia aos ataques dos governos e da polícia às manifestações dos explorados e da juventude.

Apesar de sua importância, a manifestação desta vez foi pequena. Os próprios organizadores reconheceram o seu esvaziamento e apontaram a ausência dos movimentos sociais, que deveriam estar interessados na luta contra a criminalização dos movimentos. Tudo indica que a atenção estava voltada para a disputa eleitoral. As correntes de esquerda que tradicionalmente comparecem no grito dos excluídos, deram prioridade à corrida pelos votos.

Sintomaticamente, enquanto acontecia o ato dos excluídos, na Praça Osvaldo Cruz a Central dos Movimentos Populares (CMP) fazia uma manifestação à parte. Desse local, os sem-teto se dirigiram até o monumento às Bandeiras no Ibirapuera, objetivando divulgar o plebiscito da Constituinte, que não passava de uma manobra eleitoral dos petistas. A CMP chegou a abrir as urnas para que se catassem votos dos presentes. Não é desconhecido que a CMP é um aparato do PT, PCdoB e de toda sorte de reformista.

Todo mundo sabe que a polícia e a cadeia são para os pobres. O que falta é uma política revolucionária que organize a autodefesa dos explorados. Todos os movimentos têm o dever de criar os seus comitês de autodefesa contra a repressão e desenvolver uma campanha unificada pelo direito irrestrito de greve, fim de todas as leis repressivas, desmantelamento da polícia e revogação dos processos políticos contra os lutadores.

Cada vez que os oprimidos suportam a mão pesada do Estado e a violência policial, devem tirar as lições. Uma delas é de que somente a unidade dos explorados imporá aos governos e à burguesia as reivindicações. Os movimentos pela moradia estão obrigados a se dirigir à classe operária, de onde vem a maioria dos sem-teto. Exigir que o direito à moradia faça parte da plataforma nacional de reivindicações da classe operária.

Todo apoio à luta dos pobres e miseráveis pela moradia!

Apesar do ato dos excluídos não contar com participação massiva dos explorados, permitiu que houvesse a denúncia das arbitrariedades do governo e da polícia contra manifestações, greves, bloqueios de rua e ocupações.

O Comitê Estadual contra a repressão teve a oportunidade de defender o fortalecimento da autodefesa dos explorados e propor uma campanha pelo fim dos processos, condenações e prisões de manifestantes.

O POR divulgou seu manifesto em defesa das reivindicações fundamentais dos explorados e do método da ação direta. Condenou o eleitoralismo e o oportunismo das esquerdas que se submetem ao democratismo.

O ato se deslocou em passeata até o Largo do Café. Ali se encerrou com uma tribuna aberta aos movimentos. Chama atenção o fato do grito dos excluídos não ter servido aos politiquês, carreiristas e esquerdistas eleitoreiros. Como se vê, nem sempre é o tamanho que vale.

Ficou marcada a fala do representante do Comitê estadual contra a repressão. Exortou a unificação dos movimentos sociais a constituir uma frente de luta contra a repressão. Convoçou sindicatos, centrais e movimentos populares a se unirem em defesa dos empregos e salários diante dos ataques dos capitalistas.

Adquira com o distribuidor deste jornal

Combater o genocídio do povo palestino com o internacionalismo proletário



2014

Partido Operário Revolucionário **4 MASSAS**

50 anos da ditadura militar 1964-2014

A revolução proletária acabará com a ditadura de classe da burguesia

Construir o Partido Operário Revolucionário



Partido Operário Revolucionário **4 MASSAS**

Por uma Ucrânia Soviética de operários e camponeses, unida, livre e independente

2ª edição reformulada



Crimeia anexada pela Rússia

Kiev: a direita se apóia na classe média para submeter a Ucrânia aos EUA e Europa

Partido Operário Revolucionário **4 MASSAS**

Crítica às posições das correntes de esquerda sobre a crise na Ucrânia

Resposta aos ataques do PCO ao POR

Nossas divergências com a LIT-CI/PSUV

Rechaço às formulações do estalinismo



Em defesa da bandeira "Por uma Ucrânia Soviética de operários e camponeses, unida, livre e independente"

Partido Operário Revolucionário **4 MASSAS**

A greve na USP contra o congelamento salarial de Zago/Alckmin

A greve das estaduais paulistas terminou com o acordo entre a USP e o sindicato dos funcionários (Sintusp) no TRT, que estabeleceu o reajuste de 5,2% parcelado em duas vezes (elaborado pelo reitor), mais o pagamento de um abono único que compensasse a diferença entre os reajustes de agosto e dezembro e a data base de maio (28,7%), e a reposição do trabalho acumulado, na forma de no máximo uma hora extra por dia até o limite de 70 horas, a ser completado até o final de 2014.

Os funcionários estiveram à frente da greve o tempo todo, enfrentaram o desgaste da intransigência do reitor/governo durante 3 meses, repressão policial aos piquetes e trancaços, corte de ponto por mais de um mês, ameaças de demissões políticas. Os estudantes estiveram na sua maioria à margem do movimento, apenas uma parte da vanguarda participou ativamente da greve, tendo de enfrentar a política da direção do DCE (PSol/PSTU) de “greve de apoio” e a reboque, de boicote aberto às assembleias e comandos durante todo o mês de julho e de boicote parcial no restante da greve, quando enviava apenas alguns representantes às assembleias, atos e comandos.

A greve acaba sem ter as reivindicações atendidas. Zago/Alckmin não conseguiram impor o reajuste ZERO, como anunciaram, mas mantiveram um confisco parcial sobre os salários, reajustados abaixo da inflação. Não conseguiram impor a reposição de todas as horas paradas, mas conseguiram no TRT 70 horas para punir os grevistas. E terão de pagar os vales refeição referentes ao período de greve. Quanto às demais reivindicações, nada foi atendido. O HRAC foi desvinculado da USP. O Plano de Demissões Voluntárias de funcionários foi aprovado. Os cortes de bolsas e contratações não foram revisitos. Estão engatilhados, no Conselho Universitário, a desvinculação do H.U. e da permanência estudantil. A PM continua no campus e os processos contra estudantes e trabalhadores permanecem. As cotas não foram aplicadas. A EACH reabriu ainda contaminada.

Certamente sem a greve e a garra dos funcionários, o Reitor imporia integralmente seu plano. O discurso de vitória desarma os trabalhadores e estudantes da necessidade de enfrentar as medidas privatistas e precarizadoras e o autoritarismo e repressão do reitor/governo.

É preciso compreender por que a greve não conseguiu derrotar Zago/Alckmin: não se levantou um movimento de fato unificado para responder ao conjunto do ataque tramado pelo reitor/governo. A greve foi essencialmente salarial, os estudantes foram colocados a reboque em apoio passivo, a direção dos professores bloqueou a tentativa de unificação real por meio da assembleia geral universitária, e o movimento, apesar de ter realizado vários atos e manifestações, não utilizou amplamente o método desenvolvido pelas massas em junho de 2013: o bloqueio de ruas e avenidas para afetar a economia.

A responsabilidade recai sobre as direções: a do DCE, que de fevereiro a maio bloqueou todas as tentativas de responder ao ataque anunciado por Zago/Alckmin e, quando estourou a greve de funcionários e professores, procurou limitar a ação estudantil ao apoio passivo; a da Adusp, que expressou o vín-

culo de um setor dos professores com o poder na universidade e se negou a unificar de fato o movimento com estudantes e trabalhadores numa assembleia geral; e a do Sintusp, apesar de sua combatividade, respeitou o limite corporativista imposto pela Adusp e não foi capaz de defender nas bases dos demais setores a luta conjunta contra o pacote privatista e precarizador de Zago/Alckmin. A adaptação ao corporativismo é fruto da política corporativista.

Entre os estudantes, desde o início do ano, a Corrente Proletária e independentes vinham indicando a necessidade de luta contra o conjunto das medidas do reitor/governo. Chegaram a se organizar assembleias da maior unidade da USP (FFLCH), que foram sabotadas pela direção do DCE. Na assembleia de início da greve, reivindicaram que se aprovasse a luta conjunta com uma pauta unificada a ser discutida e aprovada na assembleia geral universitária, mas foram derrotados pela frente PSol/PSTU/LER/MNN, que se embocou na defesa da “greve de apoio” e dissolução rápida da assembleia a fim de fazer uma manifestação de rua em favor dos rodoviários em greve. Claro, um pretexto, pois esse bloco não fez nada além disso em apoio à greve rodoviária, nem dias antes, nem depois, do momento da assembleia estudantil.

No final da greve, claro, se uniram novamente para comemorar a “vitória” que foi os 5,2% e a não reposição integral das horas de greve. Um discurso que serve de cortina de fumaça para ocultar que a limitação da greve esteve nas suas políticas.

O ataque de Zago/Alckmin, privatista e de precarização da universidade pública

Os quase quatro meses de greve nas estaduais paulistas se voltaram contra o congelamento salarial ditado a partir da USP por Zago/Alckmin, sob o pretexto da suposta crise orçamentária. Segundo o reitor, a USP estaria com mais de 100% do orçamento comprometido com os salários, o que a inviabilizaria financeiramente. Desde sua posse, o novo reitor anunciou a necessidade de medidas que adequassem os gastos da universidade ao orçamento. Imediatamente, anunciou o corte de bolsas estudantis, a não contratação de funcionários necessários, o congelamento salarial, a demissão de terceirizados. As medidas privatistas e de precarização da universidade correspondem às necessidades dos governos e dos capitalistas diante do aprofundamento da crise econômica. Os governos tendem a se desresponsabilizar de gastos com direitos sociais, e utilizar esses recursos para subsidiar os capitalistas em crise, oferecendo-lhes ainda a possibilidade de ganhos com os mecanismos de privatização e terceirização na universidade. As medidas correspondentes são violentas, não permitem que se desenvolva uma prática conciliatória com as direções a partir de migalhas ou promessas. A violência dos ataques é garantida pela violência da repressão.

No entanto, apesar de anunciadas as primeiras medidas de ataque, as direções dos três setores não responderam imediatamente. A direção do DCE da USP chegou a colocar o reitor na

mesa de recepção dos calouros. O eixo do Fórum das Seis, no início do ano, era “intensificar a luta por democratização, tratamento isonômico e valorização salarial”. A pauta de reivindicações do Fórum das Seis apresentada ao Cruesp centrava-se na necessidade de aumento de verbas para as universidades, o reajuste salarial vinha lá embaixo da lista das reivindicações. Os boletins do Sintusp estavam voltados ao pagamento da periculosidade, progressão da carreira, isonomia e pauta específica. Os dos professores se voltavam à questão das verbas para a universidade e a suposta crise financeira.

Mas a campanha salarial se deu em meio a um ascenso geral grevista. As greves de garis do Rio, Comperj, rodoviários de várias partes do país, e as manifestações massivas do MTST deram impulso às mobilizações. Poucos dias antes da greve, em 15 de maio, mais de 50 mil foram às ruas em São Paulo (operários, sem teto, estudantes, professores municipais em greve), em manifestações dispersas e ao longo de todo o dia, mas mostrando a tendência de luta.

As assembleias de funcionários e docentes se encheram como não se via em muitos anos. A greve nos funcionários quase começa antes da data programada pelo Fórum das Seis, tamanha a tendência de luta nas bases.

Entre os estudantes, a direção se empenhou em sufocar qualquer medida de mobilização e organização. A aliança do PSol/PSTU à frente do DCE se negou a convocar uma assembleia estudantil. Sabotou as iniciativas dos cursos da FFLCH, que tentaram organizá-la. Isolou as mobilizações da EACH. Chegou-se à data base da campanha salarial com os estudantes desorganizados e desmobilizados. Mas a conjuntura indicava que havia condições favoráveis para a mobilização estudantil.

Quando a intransigência dos reitores ao redor do reajuste ZERO se concretizou, os professores pressionaram a direção do DCE para convocar uma assembleia de apoio à greve. No dia 27 de maio, ela aconteceu. Durou apenas alguns minutos.

Na abertura, a direção do DCE (PSol/PSTU), em acordo com os grupos de oposição MNN e LER-QI, defendeu que não se discutisse nada além da “greve de apoio”. Que se deveria fazer uma manifestação até o terminal Butantã de apoio à greve dos rodoviários. A Corrente Proletária e independentes defenderam que se discutisse uma pauta unificada e a convocação de uma assembleia geral universitária. Que se poderia fazer o ato a seguir. Note-se que a direção do DCE não tinha feito nada em favor da greve rodoviária nos dias anteriores, e também não fez nada nos dias seguintes. O ato inclusive foi somente até o terminal esvaziado, e logo foi dissolvido. Revelou-se claramente como um pretexto para não discutir nada, apenas aprovar o apoio estudantil aos professores e funcionários.

Assim, a greve começou com a bandeira central de não permitir a realização do reajuste salarial ZERO. E não foi organizada uma resposta ao conjunto dos ataques promovidos pelo reitor/governo.

O reajuste ZERO é um ponto central do plano de Zago diante da suposta quebra da USP. É claro que tinha de ser der-

rotado e o instrumento mais forte para isso é a greve dos três setores. Mas uma reivindicação específica em meio a um conjunto de ataques só pode ser conquistada se for ligada a esse conjunto de reivindicações que interessa a todos os setores. Caso contrário, somente poderá mobilizar os que estão ligados diretamente a elas. No caso, professores e funcionários. Os estudantes não viram a luta salarial como uma luta sua, por suas necessidades. E viram que aos professores e funcionários somente interessava o reajuste salarial, numa clara posição corporativa.

Nas unidades em greve, sem aulas, os estudantes foram para suas casas e não participaram das mobilizações e assembleias, a não ser uma parte da vanguarda.

Na terceira assembleia estudantil, às vésperas das férias, votou-se uma pauta estudantil, que tinha como eixos as cotas, permanência, EACH, contra os processos e a presença da PM. A assembleia estudantil não discutiu a proposta de que a assembleia universitária investigasse as contas da USP, aprovasse um orçamento que atendesse às reivindicações e varresse com a burocracia privatista e corrupta, instalando em seu lugar um governo tripartite. Essa discussão foi bloqueada por uma

manobra da direção do DCE (PSol/PSTU) em unidade com MNN, LER e até o “libertário” Rizoma.

As cotas e permanência não serviram para trazer os estudantes à mobilização. Novamente, reivindicações específicas, que certamente interessam ao setor mais empobrecido da juventude, só poderiam potencializar a mobilização se estivessem ligados às reivindicações gerais, neste caso a luta contra o conjunto das

medidas de Zago/Alckmin.

Movimento unificado a reboque

Um movimento de fato unificado dependia de se construir por meio de uma assembleia geral universitária (dos três setores), que fosse capaz de responder à suposta crise orçamentária e tomar em suas mãos o atendimento das reivindicações por meio de um orçamento elaborado pelos que estudam e trabalham. A suposta crise orçamentária exigia uma resposta independente do movimento. Enquanto o governo e o reitor apresentavam suas respostas, organizando sindicâncias e auditorias privadas para comprovar seu diagnóstico e seus remédios, o movimento tinha de se colocar de forma independente. A investigação das contas para apurar a real situação da universidade e as causas de sua suposta crise estava colocada. Somente o movimento de trabalhadores e estudantes seria capaz de fazer uma apuração real da situação. Essa apuração seria acompanhada da elaboração de um orçamento que atendes-se ao conjunto das reivindicações de estudantes, professores e funcionários. Caberia ao movimento impor esse orçamento ao governo, exigindo sua concretização por meio do financiamento público, pondo fim a toda forma de parcerias, privatização e terceirização. A aplicação desse orçamento e a punição da casta burocrática corrupta e privatista colocariam a questão do poder de decisão na universidade. A substituição da minoria au-



toritária que governa a mando dos capitalistas e de seus governos pela maioria que exerceria *a real autonomia universitária por meio do controle coletivo da universidade, em oposição a qualquer ingerência dos capitalistas e seus governos. Esse poder só poderia ser o governo tripartite, eleito diretamente pelo voto universal. Com mandato revogável e subordinado à assembleia geral universitária.* A realização dessa tarefa coloca a necessidade da unidade de estudantes e trabalhadores da universidade com os explorados, com o proletariado, contra a burguesia e seus governos.

Os estudantes poderiam impor a soberania do movimento nas ruas

Sem a maioria estudantil, não havia manifestações massivas e de bloqueio das ruas e avenidas. Os funcionários realizaram uma série de atos e manifestações, foram até o Palácio dos Bandeirantes, TRT e à sede do Cruesp, mas não bloquearam ruas e avenidas.

Reitores/governo apostaram desde o início no desgaste para impor o congelamento salarial. Foi feita no final de junho a proposta de reajuste a partir de setembro/outubro, rejeitada pelos sindicatos. Era uma manobra da reitoria para acabar com a greve sem nenhum reajuste imediato.

Quando a greve atravessou as fêrias, aos reitores/governo foi necessário combinar a intransigência com a repressão aberta. O reitor solicitou à justiça a ação da polícia contra os piquetes. O trancaço foi duramente reprimido pela polícia, que agiu de dentro para fora da USP, pois tinha sido chamada pelo reitor para dissolver a manifestação.

A greve ficou isolada dos demais movimentos. A derrota dos metroviários pesou em relação a outras campanhas salariais. Sem ir às ruas, a greve não teve como se projetar para fora da universidade, embora o conjunto de ataques desfechado seja parte de um plano geral de desmonte e privatização da universidade e as condições gerais sejam favoráveis à mobilização e unificação.

A não convocação da Assembleia geral universitária inviabiliza uma resposta de conjunto à repressão. Embora tenha sido aprovada nas assembleias de estudantes e funcionários, a direção dos professores a rechaçou. Numa assembleia de professores, que contou com a panfletagem do comando de greve estudantil em defesa da assembleia universitária, um setor da base tomou a defesa de uma plenária unificada não deliberativa dos três setores e derrotou a direção da Adusp na votação. Mas esta boicotou a decisão, anulando-a.

Novas medidas de ataque da reitoria/governo mostram sua ofensiva

Mais duras medidas de ataques à universidade foram expostas em agosto. Um e-mail raqueado denunciava os próximos passos pretendidos pela reitoria/governo. Desvinculação dos hospitais e da permanência estudantil, e o plano de demissões voluntárias fizeram com que o movimento aumentasse sua radicalização. A combinação do endurecimento da repres-

são com as novas medidas empurrou os discursos das direções/correntes para a esquerda. Todos passaram a dizer que a luta não era só pelo salário e que dependia de um movimento conjunto. Mas esse discurso não se materializou. As propostas que o concretizavam eram rejeitadas nas assembleias, combatidas pela mesma frente que defendeu desde o início da greve o apoio passivo dos estudantes.

A reitoria/governo mantiveram sua ofensiva, impondo novos ataques, aprovando a desvinculação do HRAC e o PDV. E buscaram o apoio da justiça para colocar a ilegalidade da greve e partir para as demissões políticas.

A justiça é usada como arma para acabar com o movimento

A reitoria recorreu ao TRT. Desde sempre, pretendeu usar a justiça para acabar com a greve. Sabia que isso poderia significar conceder uma migalha. Mas a concessão da migalha sem a pressão do tribunal não seria capaz de por fim à greve. Por isso Zago/Alckmin reivindicaram a intervenção do TRT, espezinhando mais uma vez a inexistente autonomia universitária. O TRT não atendeu a todas as demandas da reitoria/governo, mas empurrou as direções sindicais a defenderem em suas

assembleias a essência da proposta feita por Zago/Alckmin. A pressão dos aparatos levou a frente das direções/oposições a se embocarem na defesa dos 5,2% e fim da greve. O objetivo de acabar com a greve foi alcançado. As demais medidas de ataque à universidade virão sem a resistência grevista para enfrentá-las.

O movimento estudantil

Os estudantes foram desarmados pela direção para enfrentar a situação. A Corrente Proletária e independentes lutaram pela convocação de uma Assembleia estudantil desde fevereiro até maio. Os CAs da FFLCH tentaram fazer assembleias, todas sabotadas pela direção do DCE. Esta chegou a colocar o reitor Zago na mesa de recepção dos calouros, indicando uma linha de conciliação com o reitor autoritário e privatista.

O desarme pelas direções/parte da oposição se concretizou no momento de deflagração da greve. Ao colocar a greve de apoio à luta salarial, quando havia um quadro de ataque geral, levou parte dos estudantes a ficarem com o pé atrás. Desconfiaram que uma migalha salarial poderia tirar funcionários e professores da luta e abandonar os estudantes, como já ocorreu antes.

A política de apoio passivo levou ao esvaziamento dos cursos em greve. E faltava uma ação para mudar a situação nos cursos em aula. Apenas uma vanguarda participava ativamente da greve.

Na terceira assembleia estudantil, aprovou-se uma pauta específica, com permanência e cotas como destaques. Um setor esperava que essas necessidades que afetam os estudantes mais empobrecidos fosse trazê-los para a luta. Ao não se ligar essas questões ao ataque geral, que implicava responder à suposta crise orçamentária, fracassaram.

Em julho, se deu a ruptura da direção do DCE (Sol/PSTU)



com a assembleia e comando. O pretexto foi a denúncia da Corrente Proletária de um militante do PSTU por agressão física durante o ato de 12 de junho contra a copa. Apenas um setor minoritário do DCE (RUA) continuou a comparecer às assembleias e comandos, mas expressando a política da maioria.

O esvaziamento dos cursos desintegrou o comando de greve, pois a eleição de delegados dependia das assembleias de base. Formou-se, por proposta da Corrente Proletária, um comando de mobilização aberto. Ele funcionou durante as férias como canal de organização e intervenção do setor que permaneceu firme na luta. A direção do DCE chamou um CCA contra a decisão da assembleia geral e para se opor a elas e ao comando. O CCA concluiu inócuo.

O recrudescimento da repressão e das medidas de ataque da reitoria/governo pressionaram a direção do DCE para voltar formalmente ao movimento. Na prática, o boicote mudou de forma, pois o DCE não convocava as atividades e enviava representantes a elas. As assembleias se tornaram claramente mais democráticas sem a direção aparelhista na mesa, que passou a ser ocupada pela Amorcrusp, Núcleo de Consciência Negra, Comando e Fórum dos Processados.

A greve fez uma nova experiência quanto à democracia estudantil. Os comandos eleitos com base nas assembleias esvaziadas dominadas pelas correntes não expressavam a mobilização nas bases, porque esta não existia e sim os aparatos das correntes, que compunham as assembleias. Evidenciou-se que a democracia estudantil não parte de esquemas como a eleição perene de delegados de curso para formação de comandos gerais. O princípio que conta é o da soberania das assembleias. A assembleia pode eleger diretamente seu comando de greve.

O movimento cruspiano e a greve

Antecedentes: três anos de gestões aliadas da SAS e o surgimento de uma nova gestão democrática

Desde 2011, o CRUSP tinha na direção de sua entidade grupos aberta ou veladamente ligados à burocracia universitária, através da assistência social (SAS). Isso se refletiu com o enfraquecimento da organização e da luta dos moradores.

No final de 2013, houve uma luta estudantil geral na USP que contou com uma ocupação e uma greve ampla. Uma das reivindicações da moradia foi colocada como eixo desse movimento: a devolução dos blocos K e L do CRUSP. Esses blocos foram tomados da moradia ainda na ditadura e serviam como reitoria. Como a reitoria estava ocupada, a reivindicação era que se transformasse imediatamente em moradia.

O CRUSP participou deste processo aglutinando alguns estudantes que precisam de moradia, mas não tinham conseguido. A direção do movimento geral (DCE composto por PSol e PSTU) se colocou contra a ocupação de moradia, queriam usar a ocupação como barganha da greve. A então gestão da AMORCRUSP serviu de apoio ao DCE. No final, a greve saiu sem nenhuma vitória e com a reintegração violenta dos blocos K e L, com dois estudantes presos e torturados.

No início de 2014, começou o processo eleitoral que havia sido adiado de 2013 e que mantinha a velha gestão no controle do aparato. Em uma assembleia eleitoral esvaziada, onde só participaram membros da gestão e um membro da Corrente

Ou pode delegar aos cursos. Ou pode formar comandos abertos. A maior ou menor mobilização e democracia dependerá das circunstâncias concretas. As formas organizativas devem se adaptar às necessidades e condições da luta. E podem ser usadas a favor ou contra a mobilização.

O movimento estudantil manteve em toda a greve um seguidismo aos funcionários. A unidade e o apoio à mobilização daqueles que se colocaram em luta não significa ficar sempre a seu reboque. Ainda que nas condições difíceis impostas pela política da “greve de apoio”, os estudantes poderiam ter discutido e deliberado iniciativas e propostas de ação, a serem levadas e incorporadas ou não pelos funcionários. Isso não é submeter um setor ao outro. E a forma de garantir que não aconteça a submissão é a da assembleia geral universitária, rejeitada pela maioria das correntes.

Evidenciou-se entre as correntes e as direções a incapacidade de lutar consequentemente pela Assembleia Geral Universitária, assim como de lutar pelos eixos da pauta aprovados em assembleia. A assembleia unificada não depende da aceitação das direções que, em geral, vão rejeitá-las pelo corporativismo. Depende de uma campanha nas bases, de forma a ganhá-las para a proposta e impô-la às direções. A unificação em assembleia geral universitária permitiria colocar as reivindicações como coletivas, de forma a que um setor não pudesse negociá-las à parte dos demais e assim deixasse a luta conjunta.

O que se viu pela direção do DCE foi que capitulou à proposta do Zago (5,2% de reajuste). Mostrou incapacidade de defender a continuidade da luta contra os ataques. Evidenciou a necessidade de construir uma nova direção, sobre a base de uma política proletária.

Proletária, aprovou-se a exclusão dos calouros do processo eleitoral e um calendário que fechava as inscrições de chapa em semana de feriado, quando o Crusp estaria esvaziado.

Com o golpe montado para a manutenção da antiga gestão, que não defendiam de fato a permanência estudantil, e o veto aos calouros no processo eleitoral, uma parcela do grupo de oposição (*Retomada*), que estava desarticulado, e outros independentes conseguiram se articular e inscrever uma chapa. Descontentes com o processo eleitoral anti democrático, iniciou-se uma campanha por uma nova assembleia eleitoral, que aprovasse novo calendário e permitisse que os calouros participassem. A então gestão “CRUSP Popular” (PCR) se negou a convocá-la, alegando que outra assembleia legítima já tinha decidido pelo processo eleitoral. Com uma ampla campanha e com abaixo assinado de propaganda contra o golpe e o veto, uma assembleia cheia se realizou e reabriu o processo eleitoral.

Aqueles que se mobilizaram nesta luta contra a gestão burocrática conseguiram eleger uma chapa. Instalou-se então uma frente democrática chamada “Acorda CRUSP”, nome dado em referência aos gritos utilizados na convocação dos moradores nos momentos de reintegrações de posse dentro da universidade.

Em menos de um mês após empossada a nova gestão, foi deflagrada a greve geral de estudantes, funcionários e professores da USP.

O início da greve e o fechamento dos restaurantes universitários

A greve começou sem a definição da pauta de reivindicações estudantis. Sem aulas e sem reivindicações, os estudantes voltaram para suas casas em uma greve de apoio passivo. Diferentemente dos demais, a maioria dos cruspianos permaneceu na moradia, ou seja, permaneceu na universidade.

Enquanto não se decidiam as reivindicações, uma necessidade imediata batia na porta do CRUSP: a falta de alimentação devida ao fechamento dos bandejões. A saída já conhecida de anos anteriores era repassar a comida que iria para os bandejões para a Amorcrusp, para que a distribuisse aos cruspianos. Assim, a greve continuava, os cruspianos não ficavam sem comida e a mídia burguesa e a reitoria não podiam propagandar que a greve de funcionários estava retirando a comida daqueles que mais precisavam.

Em 2010, quando havia uma gestão combativa na Amorcrusp (“Aroeira”), também houve greve e os bandejões fecharam. A burocracia, naquele momento, negou-se a repassar os alimentos. A solução foi o saque da comida que estava dentro do bandejão.

Desta vez, a greve foi anunciada uma semana antes de começar. A Amorcrusp se mostrava forte e conseguiu arrancar da burocracia da assistência social (SAS) a distribuição já na primeira semana. Os funcionários em greve se disponibilizaram a operacionalizar o repasse.

Na segunda semana, devido aos feriados, a SAS enrolou com a distribuição e inviabilizou o repasse. Os estudantes fizeram um assembleia emergencial. O fechamento do bandejão,

que inicialmente poderia colocar os moradores contra a greve, agora se transformava em choque direto com a burocracia. Com o aceno de radicalização colocado pelos moradores e com a forte greve que se colocava com os funcionários da USP, a SAS retroagiu por enxergar o perigo do fortalecimento do movimento estudantil no CRUSP. A partir de então a distribuição aconteceu em todas as semanas dos mais de cem dias de greve.

Esse passo atrás da SAS, com a distribuição, serviu para acalmar os ânimos dos moradores. Era estratégico para a burocracia diminuir os choques, no que não era fundamental em seus ataques, com os poucos estudantes grevistas que permaneciam na universidade. De fato, conseguiu diminuir os atritos.

O reflexo da falta de unidade geral de estudantes e trabalhadores.

Se a distribuição de alimentos fechou um apoio entre moradores do CRUSP e trabalhadores dos restaurantes, as reivindicações da greve não seguiram o mesmo caminho. Se havia o receio de que a greve de funcionários acabaria caso houvesse resposta ao 0% de reajuste salarial, ainda permanecia o sentimento do cruspiano de traição do movimento geral quanto às reivindicações da permanência, que até foram aprovadas na greve de 2013, mas que foram traídas pela direção do DCE que largou a principal reivindicação: a ocupação dos blocos K e L.

Novamente, ficou clara a necessidade de organizar sobre a base de uma política proletária que rompa o corporativismo e projete a luta como parte da luta geral.

CRUSP sob administração do governo? Mais um ataque de Zago/Alckimin ao direito de Permanência Estudantil na Universidade

Os ataques ao ensino público orquestrados na USP são dos mais profundos. Agora, sob o pretexto da crise orçamentária, a política de permanência corre o risco de não ser mais responsabilidade da universidade. Este ataque à permanência faz parte do pacote de medidas para superar a suposta crise.

A política de permanência na universidade atende uma minoria, filhos da classe operária e pequena burguesia empobrecida que consegue passar pelo funil do vestibular. Ainda assim, esta política de permanência se dá de forma assistencialista, tornando-se mais um funil por não atender todos que não conseguem permanecer no curso. E agora, não bastassem todas as dificuldades para ser “contemplado” com as condições mínimas para se manter na universidade, como moradia, a Reitoria quer se desresponsabilizar pela permanência, passando para órgãos do governo Estadual. O governo do Estado mal atende os vários casos de assistência social fora da universidade. Já sabemos a enrolação por que passamos tratando diretamente com a universidade, dirá fora dela. Ou seja, para a burocracia universitária nada está ruim o suficiente que não possa piorar. Já atacaram de todas as formas o CRUSP (Conjunto Residencial da USP), derrubaram três e tomaram dois dos blocos, numa clara ofensiva

de destruição da moradia. Desvincular e tirar da universidade qualquer obrigação com permanência estudantil é o próximo passo.

A casta burocrática já demonstrou que seu pacote de medidas de destruição da universidade pública não ficará apenas no papel. A desvinculação dos Hospitais já foi iniciada pelo HRAC (Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais do campus de Bauru), o próximo alvo é o Hospital Universitário do campus São Paulo. A política de demissão de funcionários foi posta em prática, com a aprovação do Plano de Demissão Voluntária (PDV). Estes ataques demonstram o quanto a casta burocrática é autoritária. Se o movimento estudantil não se levantar, o próximo ataque será a desvinculação da permanência estudantil.

O CRUSP foi fruto de ocupações em defesa de condições mínimas para estudar. Não foi algo cedido pela burocracia. É o local de resistência do movimento estudantil para enfrentar a violência do Estado, como nas reintegrações de posse. Desta forma, sua manutenção só pode ser defendida por um movimento massivo, que leve para as ruas a luta contra a desvinculação da permanência estudantil como parte da defesa do ensino público, gratuito e para todos.

Fracasso no ensino nos resultados do IDEB

Dessa vez o alarde foi menor. Nem mesmo os candidatos às eleições burguesas tem utilizado os resultados do IDEB de 2014, referentes ao ano de 2013. Isso porque os números, por mais distorcidos que sejam (pelos métodos de coleta, pela avaliação externa imposta pelo INEP às escolas, etc.), evidenciam uma realidade que nenhum político burguês pode admitir: a educação não melhora, ainda que sejam impostos programas, projetos e políticas sobre o ensino básico todos os anos.

Escola que exclui a maioria

O IDEB foi criado em 2005, pelo governo Lula, com o objetivo de estabelecer metas para a “melhoria na qualidade do ensino”. Segundo a propaganda oficial de então, o Brasil deveria atingir ao longo de 16 anos (até 2021) as notas médias na Educação Básica dos países de “primeiro mundo” (os países imperialistas). Logo, seria criado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE, de 2007) e preparavam-se, junto às burocracias ligadas aos sindicatos de trabalhadores da educação e às entidades da “sociedade civil” (ONG’s), as conferências de educação que serviriam à construção do novo Plano Nacional de Educação (aprovado e sancionado apenas em 2014).

Composto pelas taxas de aprovação, repetência e abandono e as notas obtidas nas avaliações do INEP (órgão do MEC), como a Prova Brasil, o Índice serviu como instrumento de, ao longo desses nove anos, pressão sobre os trabalhadores da educação, que foram obrigados ano após ano a debater os números e buscar “soluções” para elevar as notas de cada uma das escolas e de justificativa para a implementação de políticas salariais e de controle do trabalho docente por parte dos governos municipais e estaduais.

Entre as medidas incentivadas pelas secretarias de educação e aplicadas nas escolas está o aprofundamento do caráter restritivo das escolas.

É sabido por todos que, conforme avançam os anos escolares, mais crianças e adolescentes acabam abandonando o ensino, seja porque a necessidade de emprego impede a combinação dos estudos e do trabalho, seja porque a decomposição social os afasta da educação, seja porque a própria escola os exclui através de seus métodos arcaicos.

Assim, não é de espantar que a cada dois anos os números do ensino médio sejam os mais baixos. Chegou-se ao limite nesse nível de ensino: os alunos não aprendem, evadem e sequer alcança-se a “universalização” das matrículas (isto é, a matrícula de todos os jovens com a idade entre 14 e 17 anos), como ocorreu nas séries iniciais do ensino fundamental.

O filtro social que se manifesta na escola vai selecionando aqueles alunos que serão reprovados nas séries do fundamental (mesmo com todos mecanismos governamentais

para impedir a reprovação) e os que abandonarão a escola em virtude da pobreza (ou porque realizam tarefas domésticas ou porque são explorados desde cedo pelos capitalistas). No Ensino Médio, aqueles que sobreviveram à etapa anterior pouco sabem dos mais elementares conhecimentos. Considera-se, por exemplo, que um aluno egresso do Ensino Médio sabe, em matemática, o que um aluno da 8ª série do Ensino Fundamental deveria saber.

Não obstante esse quadro de crise educacional, de decomposição da instrução e do conhecimento, o estabelecimento de metas e índices, como o IDEB, ainda forçou uma ação das escolas que aprofundou a restrição ao direito à educação.

Para mascarar a estagnação do ensino (em 2009, nota de 3,6; em 2011 e 2013, nota de 3,7), mecanismos como transferência de alunos, não recebimento de matrículas de estudantes com “histórico sujo” (várias repetências), fechamento de salas e do período noturno nas escolas, permitiu eliminar das redes uma parcela dos estudantes, os quais pelo desempenho nas provas externas e pela possibilidade de evasão jogariam ainda mais para baixo os índices atuais.

Se se considera o período desde a criação do Índice nacional e as políticas dos governos, cercando as redes e escolas para alcançar as metas, pode-se afirmar que os números refletem não só uma “estagnação”, como noticiaram vários órgãos, mas uma regressão no ensino. Pois, apesar de maior pressão sobre a formação dos professores, maior controle sobre o seu trabalho, maiores mecanismos para evitar o abandono e a retenção, e até programas de reforço escolar e criação, como nova “panaceia” pedagógica, das escolas em tempo integral nesse nível de ensino, tivemos uma avaliação em 2014 que se iguala a de 2007 (de 3,5 para 3,7 - as casas decimais não tem qualquer influência sobre o conjunto das redes e nos estados da federação, que se alternam na queda ou elevação dos números).

Portanto, o caráter excludente da escola, característica de qualquer sociedade de classes na qual a divisão entre o trabalho manual e intelectual é brutal, aprofunda-se e ganha relevo como mais um processo de violência e opressão sobre as novas gerações da força de trabalho.

Dados gerais

De um modo geral, não houve qualquer elevação significativa em todas as esferas da Educação Básica. Nas primeiras séries do Ensino Fundamental, o índice foi de 5,0 para 5,2; nas séries finais, de 4,1 para 4,2. A meta das séries iniciais era de 4,9 e, nas finais, de 4,4. No Ensino Médio, a meta era 3,9.

Embora se comemore o constante “aumento” nas séries iniciais, há se considerar que nessa etapa os fatores como

evasão e repetência praticamente inexistem e, mesmo assim, cerca de 30% das redes municipais (responsáveis por 81,6% das matrículas nesse nível), não alcançaram a meta estabelecida. Ainda que os recursos para as redes municipais tenham aumentado nos últimos anos, com o Fundef e o Fundeb, são essas as redes que recebem uma sobrecarga de matrículas e estima-se que o investimento por aluno seja apenas de R\$ 150,00 a R\$ 200,00, enquanto nas redes federais, por exemplo, a média de investimento esteja na casa dos R\$ 500,00. Ou seja, a expansão do ensino, a “universalização” das matrículas tão propagandeada pelos governos não foi condizente com os recursos e temos, nessa etapa, também os menores salários para os professores. Os índices atuais revelam, portanto, não a melhoria nessa etapa da EF, mas também a estagnação do ensino com a superlotação das salas, a desvalorização salarial dos professores e o baixo rendimento dos estudantes.

De 2009 para cá também não houve aumento real nas séries finais do Ensino Fundamental; os índices passaram de 4,0 para 4,1 (2011) e 4,2 (2013). Na análise dos Estados, verifica-se que essa pequena diferença do IDEB nacional se neutraliza em função das quedas e aumentos relativos nos biênios seguidos dos IDEB’s estaduais. Aliás, um dado releva as discrepâncias regionais e superficialidade do índice nacional: 60% das redes públicas ficaram abaixo das metas estabelecidas. Só 41,8%, considerando apenas as redes estaduais e apenas 35,8% das redes municipais, alcançaram as metas. Nove estados ficaram abaixo das valores estipulada para as séries finais da Educação Fundamental.

“Qualidade” de ensino como instrumento do mercado

As avaliações externas e os índices e números que decorrem delas são um meio eficaz para o chamado “controle social” das instituições e das redes de ensino. Isso é o que defendem os “especialistas”, as ONGs e os governos. Os capitalistas se adaptam a esse “controle” para garantir um ranqueamento que amplie o mercado do setor educacional. No ensino superior, o caráter das “notas do MEC” é bem explícito: serve à concorrência para ampliar a rede privada e sucatear as redes públicas.

Na educação básica, que não pode ser diretamente privatizada, dado o grau de pobreza em que vivem os milhões de estudantes e suas famílias, criam-se nichos de mercado para a classe média. Os estratos da pequena burguesia encontram seu paralelo nas diferentes escolas particulares de educação básica com matrículas que podem variar de centenas a milhares de reais. Essa diversificação e ampliação do mercado das escolas privadas no ensino básico, ainda que minoritário, demonstra como a educação, embora colocada como um serviço, não pode fugir da decomposição social. Os dados do IDEB 2014 relevam a queda no ensino nas redes

privadas, até então consideradas de “melhor qualidade”.

O índice, no ensino médio, que era de 5,6 em 2005 chegou a 5,4 em 2013, o que revela que essas alterações decimais não revelam absolutamente nada. Na verdade, nunca houve alteração real. As condições dos alunos da classe média, seja dos estratos mais pobres ou mais ricos, possibilitam uma alteração pequena entre a rede pública e a privada. Não se trata, na verdade, de escolas melhores, mas de condições mais favoráveis, as quais, no entanto, não chegam a representar 2 pontos nos índices nacionais.

Pode-se prognosticar que, com os anos, o IDEB e outros índices regionais (como o IDESP, no Estado de São Paulo) caiam cada vez mais em desuso. Não porque não possam continuar como mecanismos de pressão e punição aos educadores, mas porque eles revelam também que as políticas educacionais associadas a eles não tem qualquer futuro, todas repisam o fracasso escolar, parte da crise educacional no capitalismo.

Política proletária é de rejeição da intervenção estatal

Os resultados do IDEB não revelam uma situação nova. Buscam, ao contrário, esconder as velhas chagas de uma sociedade atrasada, semicolonial, que jamais pode plenamente atender ao direito à educação em todos os níveis. Com as sucessivas crises econômicas e com os planos do países imperialistas para as semicolônias, as tendências de aprofundamento da crise educacional são mais evidentes; os governos, por sua vez, são mais agressivos contra os direitos de trabalhadores e estudantes.

Rejeitamos as avaliações externas porque servem à maior exploração do trabalho. São os problemas trabalhadores em educação com os estudantes que devem avaliar as condições de ensino e aprendizagem nas escolas. Isso pressupõe nenhuma intervenção do Estado burguês sobre as redes de ensino. Significa, de fato, liberdade para aprender e ensinar, o que não representa necessariamente um “salto” na educação, pois a transformação da educação depende da transformação da sociedade, de capitalista para socialista, mas tão somente um direito democrático que deve ser arrancado na luta pelos movimentos de trabalhadores e estudantes. Por isso, desmascaramos o IDEB como “parâmetro” para a melhoria da educação. Seu único objetivo real é servir como instrumento de ranqueamento e de oposição entre as redes pública e privada. Rejeitamos a existência da rede privada. Defendemos a estatização de toda rede privada, sem indenização, logo defendemos um único sistema público, gratuito, laico e vinculado à produção social.

Apenas podemos defender a educação pública chocando-se contra os capitalistas do setor e contra os governos que os defendem e legitimam sua existência por mecanismos de “controle social” como o IDEB.

Nesta edição:

- Argentina: Diante do agravamento do desemprego: impedir as demissões e suspensões com a política da classe operária
- bOLÍVIA: Os mineiros de Huanuni e as eleições presidenciais
- 41 anos do golpe militar no Chile
- Estados Unidos: Uma lição política que se deve generalizar
- Iraque: Fora o Imperialismo do Oriente Médio!

Artigos das Seções

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Argentina

Diante do agravamento do desemprego: impedir as demissões e suspensões com a política da classe operária

O governo, os empresários e a burocracia sindical oficialista estão obrigados a reconhecer o crescimento do desemprego. Sua resposta: constituir um “Observatório do Emprego”, um espaço de discussão entre os três setores que terá por objetivo “analisar a evolução do emprego em todo o território nacional” e “propor ao plenário do Conselho as recomendações que se adotem por consenso, para propiciar a melhora da produção e do emprego”.

O problema é agora, neste momento. É preciso estancar a sangria do movimento operário. Em apenas três meses, foram fechadas 311 mil “contas-salários” nos bancos. Isso quer dizer que foram perdidos essa mesma quantidade de postos de trabalho formais. É possível que uma parte tenha se aposentado, mas a enorme maioria passou a engrossar o exército de desempregados. Quantos mais perderam os empregos informais, os quais não contam com registro, e são as primeiras vítimas dos patrões? O diário A Nação afirma que as demissões se multiplicaram por oito e as suspensões por treze (comparando o mês de agosto deste ano com o anterior). Os sindicatos mecânico, metalúrgico e de construção contam as suspensões de milhares de trabalhadores. Nenhuma das medidas adotadas pelo governo deteve o processo recessivo da economia, não são geradoras de emprego. Ficou evidente que não houve uma genuína política de industrialização do país.

A resposta da classe operária: ocupar os estabelecimentos, as fábricas e as oficinas para impedir as demissões. Impedir que as empresas fechem as portas e nos joguem para fora. Impedir que as esvaziem. A defesa dos postos de trabalho está inteiramente em nossas mãos. Esta questão é central. Não somente não se deve permitir uma demissão, mas também lutar para que nenhum trabalhador fique na rua - acabar de uma vez por todas com o desemprego. Nos anos 90, vivemos uma tragédia por um longo período, quase 6 milhões de trabalhadores ficaram desempregados, o que facilitou aos capitalistas reduzir os salários dos empregados, impor condições de flexibilização do trabalho e desorganização do movimento operário sem precedentes, promovendo uma transferência de riqueza brutal para os capitalistas.

Não devemos permitir que se repita a história. A burocracia dos sindicatos dizia defender os trabalhadores empregados, dando as costas a uma multidão de trabalhadores abandonados a sua sorte, permitindo que os capitalistas fossem cada vez mais fundo contra as conquistas dos trabalhadores. O retrocesso físico da classe operária em seu conjunto foi enorme. Que não se repita a história. Os capitalis-

tas vêm descarregando toda a crise sobre nossos ombros para retomar a alta lucratividade e a acumulação de dólares.

Temos de exigir que os sindicatos organizem os desempregados. Somos todos parte da mesma classe. Temos de lutar pela divisão das horas de trabalho entre todos os trabalhadores, sem afetar os salários. Uma verdadeira escala móvel de horas de trabalho - se há mais trabalho, trabalhamos mais horas; se há menos trabalho, reduzimos a quantidade de horas trabalhadas, de maneira que ninguém fique de fora. Esta medida não pode ser alcançada em uma mesa de negociação, nem no Congresso, nem por um setor de trabalhadores. É necessária a intervenção unitária de todo o movimento operário para arrancá-la dos patrões e do governo.

Diferentemente dos anos 90, desta vez surgem numerosos setores reagindo ao ataque patronal, aplicando seus próprios métodos de luta. Essa é a resposta que se deve generalizar. Não permitir uma só demissão. Atuar de conjunto. Desde as bases, devemos encontrar a forma de coordenação das lutas, da organização, preparando um plano de reivindicações, que responda a todos os nossos problemas. Não esperar nada dos burocratas.

A classe operária não é responsável pela crise econômica nacional e internacional. É vítima dos desastres dos capitalistas, que empurram toda sociedade ao abismo, à fome, à miséria, à marginalidade. Por isso, os trabalhadores não devem ceder um milímetro. Cada passo que os exploradores nos obriguem a dar para trás, nos custará o dobro para retomá-lo.

Na raiz da crise, encontramos os males do capitalismo: a busca cega do lucro a qualquer preço, o parasitismo e a especulação, a concentração monopolista da propriedade dos meios de produção, a superprodução de mercadorias. Nestas condições, a tendência é de agravamento da crise. Não há como reformar o capitalismo. Devemos acabar com ele antes que ele acabe com os trabalhadores, expropriando a burguesia, transformando os meios de produção em produção social (de todos em geral e de ninguém em particular). O que dará um impulso fenomenal às forças produtivas.

Para desenvolver esta estratégia revolucionária, temos de resolver nosso principal problema, construir a direção revolucionária, o POR. A classe operária deve alcançar sua independência política, para dirigir os oprimidos sob sua própria estratégia de poder, para libertar-se e libertar o conjunto da sociedade.

(Extraído do Jornal Massas, nº 293, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

Bolívia

Os mineiros de Huanuni e as eleições presidenciais

Rafael

O partido revolucionário que trabalha no seio da classe operária está obrigado a identificar as principais tendências políticas que se agitam no movimento mineiro boliviano. O nosso objetivo é apresentar um balanço político da situação da classe revolucionária que nos permitirá fazer um prognóstico sobre o futuro político do país, imediatamente após à posse do próximo governo.

Qualquer analista de gabinete que se deixa levar pela propaganda oficialista acreditará que o distrito mineiro de Huanuni apoia incondicionalmente Evo Morales e que a eleição de Pedro Montes como Senador estaria descontada, prevendo antecipadamente uma esmagadora vitória do MAS na principal concentração operária do país. O que constitui um enorme equívoco, uma vez que, nesse distrito mineiro se desenvolvem e fortalecem tendências antimasistas, antioficialistas e anticapitalistas.

Este proletariado jovem, que é a maioria, fundido com os antigos trabalhadores da empresa, desde 2006, realiza novas experiências na luta de classes, enfrentando-se o governo masista burguês em várias situações. Em sua consciência se encontram gravados três episódios importantes: 1) a repressão de Caihuasi “I”, no ano de 2008, com a morte de dois mineiros. 2) a repressão de Caihuasi “II”, em 2013, que terminou com centenas prisões e mais de vinte trabalhadores processados judicialmente; 3) punição aos mineiros rebeldes de Huanuni, que ousaram desencadear uma mobilização nacional por melhores salários aos aposentados, que se viram diante de processos individuais aos mineiros sob a justificativa de que por anos fizeram cobranças extraleais e apresentaram faturas falsas ao fisco. A chantagem judicial teve em contrapartida a exigência aos mineiros de que aceitassem fechar o seu sindicato “trotskista”. Deveriam abaixar a cabeça e se submeter incondicionalmente à vontade do governo, constituindo um novo sindicato masista, como efetivamente ocorreu.

Os mineiros apertando os punhos e os dentes aceitaram por conveniência esta “saída política”, como a denominaram. Mas foi grande a surpresa do sindicato oficialista e de Evo ao se dar conta de que o “apoio” e a “adesão” conquistados não tinha sido real, mas somente uma manobra dos mineiros para evitar as sanções da Controladoria. Muitos depreciaram Evo Morales, pela amarga experiência vivida na carne. Sabem muito bem que é aliado da mineração privada multinacional e cooperativista, sabem que o Estado, representado por seu governo, é seu patrão e, portanto, seu inimigo de classe. E, além disso, estão convencidos que é profundamente antioperário. Esta crua realidade para os masistas é confirmada por vários fatos significativos: em todas as visitas a Huanuni, Evo se encontrou com os mineiros, que foram obrigados a assistir seus discursos. Mas, os mineiros se mostraram céticos e frios. A proposta de indicação pela Assembleia Geral de Montes como candidato foi rechaçada com o abandono imediato dos presentes, vociferando insultos contra semelhante lacaio. O ato de proclamação de Montes e do MAS na praça principal não concentrou nem 50 pessoas. Houve o rechaço em todas as assembleias regionais do interior e exterior da mina ao desconto de 50 bolivianos para a campanha de seu suposto candidato, bem como ao pedido de sete regionais para que o cargo de Executivo de Montes fosse

imediatamente preenchido por seu sucessor, etc.

Os mineiros não votarão em Evo, isto está claro. A maioria procura debilitá-lo para que não consiga os dois terços, e votarão em candidatos de oposição, mas com a particularidade de que não acreditam neles, mas como uma forma de punir Evo Morales e seu escudeiro Pedro Montes. Outro setor de operários, minoritário mais importante politicamente, é a vanguarda politizada e antioficialista, que votará nulo ou em branco, voto consciente que defende a independência política da classe operária diante do circo eleitoral burguês. Esta atitude rebelde que toma a maioria dos mineiros contra o governo pró-burguês e pró-imperialista com o “voto castigo”, nulo ou branco, reflete um determinado nível de politização, precário e inicial, mas anticapitalista em seu conteúdo. Não resta dúvida que o instinto de classe pesa mais do que sua consciência. Não guardam nenhuma ilusão na democracia burguesa e, por conseguinte, nos resultados destas eleições presidenciais. Sabem que qualquer um que chegar ao poder se lançará contra a estabilidade trabalhista dos 4.500 mineiros, suas conquistas sociais e seus níveis salariais. Portanto, sabem que devem estar alertas para enfrentar com seus métodos tradicionais de luta as futuras medidas antioperárias que se implementarão na Empresa Mineira Huanuni.

O caminho para se reencontrar como classe, ou melhor, a redescobrir sua identidade política como classe antagonista ao capital, avança a cada dia que passa. Não está longe o dia em que os atuais mineiros de Huanuni se colocarão à altura política e ideológica do histórico movimento mineiro do Siglo XX, ao nível da gloriosa Teses de Pulacayo e das Teses Socialistas da COB de 1971.

Defesa intransigente da independência política da classe operária

Abaixo o circo eleitoral burguês

Nas fábricas, a patronal abusa, paga salários miseráveis, não respeita a lei geral do trabalho, etc. Agora, a maioria desses empresários são aliados de Evo porque viram que este governo lhe favorece da mesma maneira que outros candidatos entreguistas.

Nós trabalhadores não podemos ser arrastados pelos partidos dos empresários, da burguesia, nem esperar que por meio das eleições e do parlamento se resolva o problema dos baixos salários e abusos.

Vote Nulo para não ser um tonto útil a serviço dos candidatos aliados dos exploradores.

Para impor nossas reivindicações temos de nos organizar e lutar, e, juntamente com o Partido Operário Revolucionário, trabalhar para que a classe operária tome o poder por meio da revolução proletária e exproprie as indústrias e as terras dos empresários.

(Extraído do Jornal Massas, órgão do Partido Operário Revolucionário, nº 2.372)

41 anos do golpe militar no Chile

Em 11 de setembro de 1973, o general Augusto Pinochet, amparado pelos Estados Unidos, derrubou o governo constitucional de Salvador Allende. O golpe militar se caracterizou por se identificar com o fascismo: intervenção em todas as organizações operárias, camponesas, populares e civis; prisões e assassinatos de opositores em campo de concentração (oficialmente, 3.200 mortos e desaparecidos, 37 mil vítimas de prisões e torturas); supremacia total das Forças Armadas e dos órgãos de segurança.

Hoje, dia 11 de setembro de 2014, completam 41 anos do golpe fascista de Pinochet. Essa data sangrenta que infelicitou o povo chileno deve ser lembrada como uma experiência contrarrevolucionária, que impôs 16 anos de ditadura militar. Contrarrevolucionária porque no fundamental foi dirigida para esmagar o movimento da classe operária, dos camponeses e da pequena burguesia urbana empobrecida.

É preciso, no entanto, extrair a principal lição. O golpe de Pinochet foi gestado nas entranhas do governo de Unidade Popular (UP). Aliança entre o Partido Socialista e o Partido Comunista – entre a socialdemocracia e o estalinismo.

O presidente Salvador Allende, membro do Partido Socialista, encabeçou a frente popular concebida pelos estalinistas. Constituiu um governo pequeno-burguês apoiado pela maioria dos miseráveis e pobres. Como tal, assumiu a função de governo burguês, uma vez que passou a gerenciar o capitalismo, a preservar a grande propriedade dos meios de produção e a submeter o movimento revolucionário das massas ao Estado.

Um governo burguês pode ser provisoriamente formado por partidos da pequena burguesia, como era o caso do Partido Socialista. Sem dúvida, essa possibilidade é excepcional, ocorre nas condições de crise dos partidos burgueses e desenvolvimento da correlação de força entre as classes em favor dos explorados. É necessário para isso que exista um partido da pequena burguesia que assuma posições reformistas de esquerda. Foi o caso do Partido Socialista Chileno. O Partido Comunista se constituiu, por sua vez, como o partido operário orientado à conciliação com uma fração burguesa considerada erroneamente de progressista e anti-imperialista. Serviu de escora ao partido pequeno burguês socialdemocrata de Salvador Allende, munido com a tática estalinista da frente popular e da diretriz da revolução pacífica.

O governo pequeno-burguês de frente popular assumiu o objetivo histórico de exercer a ditadura de classe da burguesia sobre a maioria oprimida, embora afirmasse o contrário com o palavreado socialista. Está aí por que o governo da Unidade Popular conservou o principal esteio da ditadura de classe da burguesia, que são as Forças Armadas.

As transformações socialistas graduais e pacíficas prometidas pela coligação PS/PC viriam das eleições e da própria democracia burguesa. Essa possibilidade nunca foi provada pela história. E não seria o Chile que iria demonstrar o contrário. A burguesia somente perde o poder por meio da revolução proletária. Essa via está comprovada por inúmeras revoluções do século XX.

O Partido Comunista Chileno não chegou a se construir como um partido assentado no programa da revolução proletária. Eis por que negou terminantemente a teoria marxista do Estado e da revolução violenta. Em sua essência o Estado é um instrumento do poder da classe dominante sobre os explorados. No capitalismo, o Estado assumiu a forma de ditadura de classe da burguesia sobre o proletariado e demais oprimidos. Somente será enfraquecida, desintegrada e,

finalmente, destruída pelo processo revolucionário, encarnado pelo proletariado e dirigido pelo partido marxista.

O reformismo e o oportunismo surgiram e se organizaram precisamente como adversários da teoria marxista do Estado e da revolução proletária, ou seja, da estratégia da ditadura do proletariado. No Chile, foi possível a aliança entre o Partido Socialista e o Partido Comunista dada à convergência estratégica de conservação da ditadura de classe da burguesia e da idealização de seu enfraquecimento, desintegração e, finalmente, substituição por meios constitucionais, pacíficos, democráticos e eleitorais.

A essência da frente popular está em que o governo da UP manteve e assumiu a ditadura de classe da burguesia. Não é por acaso que o fascista Augusto Pinochet era um ministro militar do governo de Allende. A classe operária e os camponeses não puderam soldar uma aliança revolucionária para derrubar o poder da burguesia, uma vez que estavam submetidos à frente popular e ao governo burguês de Allende.

Essa configuração política somente foi possível porque a crise chilena se aprofundou e a burguesia e o imperialismo não tiveram como utilizar seus meios contrarrevolucionários para impedir a ascensão de um governo de aliança PS/PC. A frente popular assim serviu de traição ao movimento das massas que se dirigia contra o Estado burguês e seus partidos. E de falsificação dos fundamentos históricos do socialismo.

A caracterização de Leon Trotsky de que a frente popular, por ser de conciliação de classes, serviria de último recurso da burguesia para derrotar a revolução se confirmou também no Chile (anteriormente, havia se confirmado na Espanha e na França).

Na América Latina, os partidos comunistas aplicaram copiosamente a tática e a orientação estratégica do estalinismo, apoiando governos burgueses. No Brasil, o Partido Comunista concluiu sua trajetória subordinado ao governo burguês nacionalista de João Goulart. Mas, foi no Chile que o estalinismo pôde ir até as últimas consequências com sua política contrarrevolucionária.

Nesse 11 de setembro de 2014, o Estado chileno está sob a condução do Partido Socialista, sob a presidência de Michelle Bachelet. O Partido Comunista apoiou sua eleição, constituiu a aliança “Nova Maioria” e integra o governo.

Depois do golpe sangrento e dos anos de limpeza política promovida pela ditadura fascista, o Partido Socialista ressurgiu renovado. Abandonou o palavreado socialista, livrou-se da ala esquerdista, participou da redemocratização com Pinochet e assumiu a feição inequivocamente pró-imperialista. O Partido Comunista foi duramente golpeado, perdeu a influência sobre o proletariado e se reorganizou carregando em suas costas o peso da traição.

A tragédia chilena não se limita ao percurso do socialismo pequeno-burguês e do estalinismo. Há que se considerar a incapacidade das correntes que se reivindicam do trotskismo em constituir o programa da revolução chilena e derrotar político, ideológico e organizativamente o estalinismo. O agrupamento inicial e o seu desmembramento posterior demonstram que essa vanguarda não chegou a assimilar o Programa de Transição da IV Internacional e, assim, não pôde edificar o partido-programa no Chile. Essa tarefa está para ser enfrentada.

A experiência com o governo de Unidade Popular e com a trajetória do PS/PC se tornou imprescindível para o acerto de contas com o socialismo pequeno-burguês e com o estalinismo. A constituição de uma nova vanguarda revolucionária depende dessa compreensão e do trabalho de formação dos quadros programáticos no seio do proletariado.

Nos 40 anos do golpe militar no Chile, ocorrido no ano passado, o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional publicou um Boletim especialmente dedicado a um balanço dessa experiência. Foi um esforço coletivo que, cedo ou tarde, temos a certeza, dará seus frutos. É claro que é preciso que se tenha um trabalho constante e uma

atenção especial à revolução chilena.

Morte ao pinochetismo!

Viva a revolução proletária!

Construir o Partido Operário Revolucionário no Chile, como parte da reconstrução da IV Internacional!

Estados Unidos: Uma lição política que se deve generalizar

Tudo indica que o imperialismo norte-americano irá para a guerra. A ação militar é a condição para a potência conservar e ampliar seu domínio no Oriente Médio. No entanto, esta perspectiva traz novas convulsões nacionais e sociais. Não só nesta região, como também nos Estados Unidos. Uma nova guerra exigirá recursos financeiros que debilitarão a anêmica economia nacional. Cidades inteiras estão em quebra (Detroit) ou perto da falência (Los Angeles). As colheitas agrícolas não encontram mercados. Continua a sangria dos fundos públicos, destinados à sustentação do parasitismo dos bancos e monopólios. O desemprego continua elevado e é crescente a precarização trabalhista. A queda dos salários foi espetacular: R\$ 7,25 por hora, 23% menor, em valores constantes, que em 1968 (se o salário acompanhasse a inflação acumulada durante esse período seria hoje de US\$ 25 por hora). A classe média está endividada em níveis inimagináveis e não pode pagar os seus credores. Milhões de universitários não sabem como saldar os empréstimos contraídos para estudar (1,3 trilhão de dólares). E a opressão racial volta a cena.

Como se vê, a tendência é de agudização das contradições. Sobre essa base, desencadeou-se a rebelião popular negra de Ferguson, que ameaçou se estender nacionalmente. É provável, além disso, que uma nova escalada bélica provoque movimentos contrários. Observa-se também a escalada de novos métodos repressivos acenados pelo Estado para sufocar as tendências de luta presentes no seio das massas norte-americanas.

Em agosto, a população negra de Ferguson (Missouri) enfrentou a polícia local responsável pelo assassinato de um jovem negro. Os governos federal e estadual declararam estado de sítio e ordenaram o envio da Guarda Nacional. Em meio à crise, Obama disse que revisaria o programa 1303 que militarizou as polícias estaduais, aprovado em 1997. Foi uma manobra para conter a fúria popular das massas negras, que ameaçou se espalhar por todo o país. No auge dos choques entre manifestantes e policiais, se tomou conhecimento de um plano do Exército norte-americano (*"Plano de ação contra distúrbios ci-*

vis ou ATP 3-39,33), por meio do qual, conforme registrado em suas páginas, o Exército poderá intervir diante da *"perturbação civil repentina e inesperada (...) que pode por em grave perigo a vida e a propriedade e alterar as funções governamentais normais."* Em 2012, um manual da Polícia Militar do Exército dos Estados Unidos adestrou suas tropas no combate a *"operações de distúrbios civis"*, usando os recursos militares para sufocar levantes, confiscar armas e matar norte-americanos dentro do país no que é chamado de *"distúrbios civis em massa"*.

A resposta militar (com blindados, atiradores de elite, fuzis automáticos, etc.) a uma mobilização popular contra um crime racial reflete as insolúveis contradições sociais que durante décadas se acumularam no país. Diante delas, a burguesia se prepara para uma escalada da luta de classes.

Por outro lado, ainda que a rebelião não tenha se generalizado, expressou os métodos de ação direta como via dos explorados para enfrentar o Estado policial da mais elogiada democracia burguesa. Um setor da imprensa referiu-se ao surgimento da autodefesa armada negra, após os confrontos. As informações são escassas e não permitem se conhecer as particularidades organizativas, os métodos ou o programa desses grupos. No entanto, a enorme profusão de armas de fogo entre a população, a histórica impunidade da opressão e violência racial estatal sobre as massas negras, assim como a experiência dos Panteras Negras e o apoio que conquistaram indicam que uma nova etapa da luta de classes obrigará a retomar essa experiência.

Essa situação demonstra que as massas negras poderão desempenhar um destacado papel na próxima eclosão da luta de classes. Sua importância social: estão inseridas na produção, no transporte e nos serviços. Também estão presentes significativamente nas Forças Armadas. A experiência de Ferguson ajudará a forjar o proletariado negro como destacamento da vanguarda na luta de classes pela defesa das condições de vida dos explorados. Esta via exige a construção do partido marxista-leninista-trotskista no seio do proletariado norte-americano em geral e, particularmente, entre as massas negras.

Iraque: Fora o Imperialismo do Oriente Médio! Derrotar a ofensiva militar das potências contra o "Estado Islâmico"

O imperialismo norte-americano se prepara para uma nova guerra no Oriente Médio. Cumpre, assim, com os objetivos de uma "frente internacional" que se lançará para esmagar a propagação da luta armada do "Estado islâmico" (EI) pelo domínio territorial na Síria e no Iraque. Os imperialistas e seus vassallos dizem que o EI é um perigo não só para a desestabilização no Oriente Médio como em todo o mundo, e, particularmente, aos Estados Unidos. O que justificaria uma intervenção militar de uma coligação de forças das potências e dos países do Oriente Médio. Dois objetivos guiariam essa nova "cruzada democrática e civilizatória contra o bárbaro fundamentalismo religioso". A guerra contra o EI e a sua destruição conservariam os alicerces "democráticos" dos países ameaçados e preservariam a integridade territorial dos aliados.

O imperialismo norte-americano passou, portanto, a centralizar sob estratégia de guerra do Pentágono mais de 30 países (Estados

Unidos, França, Inglaterra, Austrália, Canadá, Alemanha, Espanha, Turquia, Polônia, Estônia, Lituânia, etc.). Três deles são membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU (França, Inglaterra e Estados Unidos) e 10 são países árabes diretamente afetados pela situação política (Egito, Arábia Saudita, Líbano, Iraque, Omã, Emirados Árabes Unidos, Kuwait, Bahrein, etc.). A esta frente militar, dirigida pelo imperialismo, se agrega o exército iraquiano e comandos do Irã (Quads da Guarda Republicana do Irã). Destaca-se o fato de a Rússia, que está em choque com o imperialismo ocidental na Ucrânia, apoiar a ampla coligação do imperialismo.

A guerra contra o EI é parte de um conflito geral no Oriente Médio

Na frente de combate se estabeleceu o papel de cada país na in-

tervenção. Estados Unidos, França e Inglaterra se encarregarão dos bombardeios de precisão, da inteligência operacional e da coordenação estratégica das tropas envolvidas, à exceção do Irã, Síria e Rússia. A coordenação militar entre Irã e Iraque permanecerá, no entanto, sob o controle imperialista, toda a vez que a operação for comandada pelas forças armadas do Iraque, que respondem, por sua vez, aos objetivos de guerra determinados pelo Pentágono.

A coordenação entre a Síria e o Iraque foi a forma encontrada para deixar de lado as diferenças. O objetivo da Síria é o de acabar com o controle do EI sobre parte de seu território - seu maior inimigo militar na guerra civil Síria. Ao mesmo tempo debilitar toda a oposição Síria. O objetivo do Iraque é o de comprometer as forças sírias iraquianas e iranianas nos combates para enfraquecer sua capacidade militar. A ajuda de tropas especiais do Irã se mede por sua capacidade e experiência em combater ou treinar guerrilheiras. O objetivo é destruir o movimento sunita. O Estado teocrático xiita do Irã está diante do perigo da desintegração social. Tem interesse na manutenção do poder xiita no Iraque.

O objetivo da Rússia é o de fortalecer as posições do Irã e da Síria diante das pressões do imperialismo. Necessita manter sua influência no Oriente Médio, a despeito dos Estados Unidos e aliados. O fortalecimento do EI levará à desintegração e a derrota militar do exército sírio na guerra civil. Essa via não interessa nem à Rússia, nem aos Estados Unidos.

A estratégia dos EUA de combater o EI em território sírio está de acordo com o objetivo de liquidar o governo de Bashar Al Assad. Provisoriamente, o EI aparece, agora, como inimigo comum. Logo no início da guerra civil, Assad alertou as potências de que seu regime estava diante da Al Qaeda terrorista. Como poderiam as democracias ocidentais apoiarem a oposição e alimentarem a guerra civil se a Al Qaeda, com seu radicalismo islâmico, era inimiga da civilização ocidental? No momento em que o EI se potencializou militarmente e ameaçou ocupar territórios ricos em petróleo, manejados pelos monopólios imperialistas, prevaleceu o conselho do ditador Assad. Assim, Assad e Obama chegaram a um denominador: o movimento armado islâmico é de fato um inimigo comum que deve ser varrido da Síria e do Iraque. Uma vez derrotado o EI, a questão da remoção do regime de Assad se recoloca. Os bombardeios sobre o território Sírio pelas forças do imperialismo não somente objetiva destruir o EI como também o regime de Assad.

A Rússia está atenta a esse perigo. Declarou que atacar a Síria sem a aprovação da ONU será *“um ato de agressão e uma grave violação do direito internacional.”* Assad, por sua vez, avisou que o ataque dos EUA contra o EI sem coordenação com as forças militares Sírias será um ato de agressão e responderá como tal. Prontamente, o imperialismo respondeu que se seus aviões forem atacados, as forças armadas Sírias seriam destruídas.

São ameaças de ambos os lados. No entanto, expressam um quadro de intervenção e guerra no Oriente Médio mais amplo que o levante armado do EI. Há pouco tempo, o Irã esteve como alvo de ataque de Israel. O recuo do regime xiita no seu programa nuclear arrefeceu o quadro bélico, mas não o desfez definitivamente. A Síria e o Irã, por outro lado, aparecem como ameaça à Arábia Saudita e a outros Estados sunitas. Sob a máscara do confronto étnico, a feudal burguesia da região, dividida em Estados, se bate por manter e ampliar seus interesses nacionais. O imperialismo atua por cima das divisões, incentiva os antagonismos particulares e impulsiona as tendências bélicas em todo o Oriente Médio. É parte desse quadro convulsivo, a

questão Palestina e a necessidade do Estado sionista de Israel avançar com seu expansionismo colonialista.

A organização de uma frente de países árabes com interesses distintos, sob o comando dos Estados Unidos, para lançar uma ofensiva militar contra o levante do EI expõe com clareza as tendências bélicas gerais que se potenciam na região.

Combater ao lado da nação oprimida contra o imperialismo

A ausência da direção revolucionária internacional do proletariado dificulta enormemente uma precisa compreensão dos intrincados conflitos no Oriente Médio e da emergência de uma organização militar como o “Estado Islâmico”. O que implica a dificuldade de estabelecer uma resposta com a dimensão que o conflito exige. No entanto, não se pode fugir à responsabilidade quando se luta pela revolução socialista mundial e pela superação da crise de direção.

O “Estado Islâmico” se apoia em um objetivo completamente arcaico e reacionário. Pretende retroceder à idade média, reconstituindo o califado. Assumido como intérprete fiel das leis islâmicas, impõe relações de submissão, opressão e obscurantismo. Constituiu-se como uma força militar. O imperialismo se utiliza dessas características para desenvolver uma campanha mundial pela intervenção militar contra o EI e por sua destruição.

Os porta-vozes do imperialismo acentuam os métodos bárbaros do EI (sequestro, decapitação), como se os seus métodos de guerra fossem civilizados (bombardeios aéreos, misseis). É preciso ter claro que as potências decidiram esmagar o EI não pelo fato deste levantar bandeiras arcaicas e reacionárias, como o califado. Não foge à compreensão do imperialismo que tal objetivo é inviável. Por sua vez, os preceitos radicais do islamismo não passam de uma máscara ideológica da luta econômica. Os sunitas procuram recuperar parte de seu poder sobre as riquezas petrolíferas do Iraque. Sem dúvida, o pano de fundo de todos os choques fundamentais no Oriente Médio são as gigantescas reservas minerais. É mais do que sabido que o potencial energético da região condicionou a redivisão do Oriente Médio por meio da Primeira e Segunda Guerras Mundiais.

O domínio imperialista inglês e, posteriormente, norte-americano ao contrário de estabilizar a região a manteve em constante instabilidade. A crise mundial abriu um novo período de convulsão, marcado pela guerra do Golfo e a invasão do Iraque pelos Estados Unidos. A própria desintegração do Iraque é uma decorrência desse processo mais amplo. Não se pode desvincular a emergência do EI da situação geral de choque entre as forças produtivas e as fronteiras nacionais no Oriente Médio.

A política revolucionária do proletariado rechaça a intervenção do imperialismo e se coloca ao lado das nações oprimidas por sua autodeterminação. A vitória do imperialismo contra o EI reforça o domínio das potências e de seus monopólios sobre o Iraque e o Oriente Médio como um todo. Ao contrário, uma derrota deste abrirá caminho para a luta anti-imperialista e anticapitalista das massas oprimidas. Somente os explorados e oprimidos iraquianos, sírios, iranianos, sauditas, etc. poderão por meio da luta de classes contra a feudal burguesia árabe se emancipar do obscurantismo religioso e de todas as suas consequências sociais. Nesse sentido bem definido, é que a política do proletariado deve se colocar ao lado do EI para derrotar a intervenção das potências e levantar as massas em uma frente única anti-imperialista.